

Leandro Karnal

A detração

*Breve ensaio
sobre
o maldizer*



A detração

Breve ensaio sobre o maldizer

Coleção Aldus - 43

(c) Leandro Karnal, 2016.

2016 Direitos editoriais em língua portuguesa reservados à
Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Editora Unisinos

SINOPSE

Este livro trata daquele inescapável hábito, de toda hora, do ser humano falar mal do outro, seja do que esse outro fez ou disse, seja do que pretende fazer. A detração permeia nosso cotidiano sem que nos apercebamos dessa prática. São múltiplas as modalidades do maldizer e isso é o que aborda o pensador Leandro Karnal por meio de uma narrativa leve, clara, mesmo bem-humorada, mas que não faz concessões ao seu rigor intelectual.

A COLEÇÃO ALDUS

O símbolo ao lado é a marca do impressor Aldus Pius Manutius.

A partir de 1501, numa época em que os livros eram caros e difíceis de manusear, Aldus iniciou a produção de livros com formato pequeno. Para diminuir o volume e o preço, encomendou do ourives Francesco Griffo um tipo de letra que permitia um maior número de caracteres por página. Este tipo veio a ser conhecido como itálico.

Hoje, o formato livro de bolso é o preferido pela maioria dos

leitores do planeta.

A Editora Unisinos, mediante esta coleção, em formato diferenciado e impressa em papel especial, procura levar assuntos interessantes aos leitores por um preço acessível.

Sobre o autor

Leandro Karnal, natural de São Leopoldo, RS, cursou História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS.

É doutor em História Social pela USP e professor de História na UNICAMP, São Paulo. Tem diversos livros publicados, como Teatro da fé (Hucitec), Conversas com um jovem professor (Contexto) e Pecar e perdoar (Nova Fronteira).

Foi curador de exposições, como "A Escrita da Memória" e profere palestras em diversas instituições no Brasil e no exterior.

Dedicatória com detração

Dedico este livro a todos os detratores com quem deparei, ao longo da minha vida.

Os muitos que de mim falaram mal, os que me insultaram, os que me agrediram e os que me desejaram um fracasso retumbante. Todos, de alguma forma, ajudaram a lapidar meu narciso e indicaram caminhos interessantes que os que me amavam tinham dificuldades em ver. Os detratores cumpriram muito bem sua função pedagógica e de estímulo à humildade na minha jornada. Agradeço a todos, do fundo do coração, e a eles dedico este texto.

Fico feliz que a maioria esteja perto de morrer ou já tenha fracassado. Obrigados duplos!

Agradecimentos

Agradeço muito a paciência do meu editor, Carlos Alberto Gianotti, que soube entender as insanidades da minha agenda. Sou grato a indicações preciosas de Igor Gandra, Rose Karnal e Carlos Frederico Coelho Nogueira.

Os acertos devem muito a eles. Os erros são autênticos meus.

O Editor apresenta

Passei diante da TV e pude ver e ouvir um político que proferia horrores sobre seu colega, presumivelmente doutro partido. O psitacismo era o habitual, abundante em solecismos; e a argumentação, mexeriqueira e inconsistente. Aquela cena midiática dava o que pensar.

O que julgaria alguém tido como bem-pensante, da dita elite intelectual, que assistisse àquela detração, vazada naqueles termos? Mas logo também me dei conta de que a maledicência não é uma exclusividade dos políticos, ainda que nisso eles pareçam ser os tais, e que os próprios bem-pensantes também a praticam. Mais: pelo menos em alguns momentos, quem não será maledicente? O bispo?, o ministro?, o sindicalista?, o professor?, o jurisconsulto?, o psicanalista?, o chanceler?

Acaso terá o leitor visto alguma vez, no seu ambiente de trabalho, algo ter sido mal feito - digamos, um erro cometido pelo agente que resultou em prejuízo institucional - e o responsável assumir o erro? Ou o figurino nesses casos será cada qual do setor ficar na sua e, à boca pequena, imputar a culpa a outrem? Aliás, o local de trabalho é campo fértil para a detração, que corre solta comendo por baixo: você nem se dá conta de que estão a maldizê-lo, a passar-lhe uma rasteira.

Mas isso acontece também no dia a dia de âmbito mais mezinho, o familiar: pais falam mal da vida dos filhos adultos, e estes sobre a dos pais; irmãos malquistam-se e mexericam a vida um do outro. A divisão de uma herança, normalmente, dá muito pano para maldizeres que acabam em malquerenças... E entre amigos, você já constatou detrações? Claro que sim! E o que suas vizinhas dirão de você? E suas companheiras de academia, ou seus parceiros de futebol sete das quartas à noite?

Pois foi aquele político enunciando enormidades de outro pela TV que me induziu a considerar objetivamente sobre como a detração faz parte do nosso cotidiano - diria, uma faculdade quase orgânica do ser humano -, e que esse tema poderia ser objeto de um ensaio para um pequeno livro. Convidei Leandro Karnal para escrevê-lo, e aqui está este envolvente "Breve ensaio sobre o maldizer".

C. A. G.
02/2016

Sumário

BREVÍSSIMA INTRODUÇÃO (NÃO PULE!)

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA COMO DETRAÇÃO

CAPÍTULO 2

POLÍTICA, OU A ARTE DE DESVIAR DA DETRAÇÃO

CAPÍTULO 3

DEUS TE VÊ

CAPÍTULO 4

DA DETRAÇÃO NA TERRA DE SANTA CRUZ E EM OUTRAS TERRAS

CAPÍTULO 5

DETRAÇÃO E PRECONCEITO

REFERÊNCIAS

BREVÍSSIMA INTRODUÇÃO (NÃO PULE!)

O inferno são os outros. A máxima de Sartre remete ao nosso drama social mais intenso. Somos animais sociais. Vivemos em grupo. Humanos são mamíferos gregários que encontram sua realização e sua destruição em bando. Do casal à família, da família à sociedade e desta à humanidade: o plural é a luz sedutora e mortal de cada um de nós.

Há solitários e eremitas, mas são gotas no oceano da sociabilidade.

Por quê? Somos todos diferentes uns dos outros. Conviver com a diferença implica comunicação e é sempre um desafio. Conhecimento é poder, afirmava Francis Bacon. Conhecer sobre os outros garante defesa e aliança. Quem oferece risco? Quais os defeitos de quem está próximo a mim? Com quem devo me agrupar? Tudo isso pode ser resolvido com o hábito da detração. Acabo de usar uma bela palavra: detração. Há piores: fofoca, maledicência, maldizer, difamação, mexerico, boato, babado, intriga - tudo decorre de um cérebro ardiloso, um coração ressentido e uma língua ferina. Esse é o tripé básico da detração.

Mestre Houaiss informa que fofoca vem, provavelmente, do banto, ou seja, é uma palavra derivada de uma língua africana. Detração tem sólida raiz latina. Africanos e clássicos latinos compartilharam do mesmo mal. Como ambas apresentam, entre muitas possibilidades, o falar mal de alguém, nós as usaremos como sinônimas.

A lei trata da distinção entre injúria, calúnia e difamação. Trataremos disso nesta obra, mas nosso objetivo não é jurídico. No inglês existe uma distinção entre "pride gossips" (que seriam fofocas elogiosas) e "blame gossips", que equivaleriam à clássica

maledicência. Trataremos aqui, predominantemente, da maledicência.

Todos falam mal de todos. Salvo eu, claro, que detesto uma fofoca (não é o que todos dizemos?). Eu não tolero maledicências porque não sou como aqueles que ficam no cafezinho da empresa falando da saia da nova funcionária. Ops! Acabei de falar mal dos que falam mal. Haveria escapatória?

Seria a detração uma forma de aliança? Fofoco porque desejo estabelecer vínculos de defesa e ataque? Seria uma maneira catártica de me excluir da maldade alegando que ela está no outro? Seria uma defesa contra o mal que habita em mim? Constituiria uma forma de psicanálise primitiva, na qual eu falo indiretamente de mim ao fofocar, exorcizando meus fantasmas nos outros? Talvez - ah, Poliana - uma forma de interesse com vetor invertido? Fofoqueiros seriam pessoas sem ter o que fazer? Falar mal, em essência, estaria associado ao feminino ou ao masculino?

Por que a vida alheia seduz tanto? A minha biografia estaria monótona ou linear demais? Falo mal porque meu vazio interior é tão insuportável que prefiro o ataque a terceiros a pensar na minha miséria? Tantas perguntas...

O texto trata de todas essas questões, cada uma contendo um aspecto específico da humana fofoca. É um ensaio sobre o maldizer, sobre o escárnio e o ataque. É um texto sobre o momento em que baixamos a entonação vocal, chamamos alguém para um canto e, com voz cúmplice e visível prazer, descrevemos um borrão na biografia alheia. Mas é um ensaio amplo sobre a História vista como análise da detração. É um ensaio sobre nossa natureza detratora. É uma jornada noite adentro e uma busca pelos quartos fechados da alma humana. É um foco de luz num canto muito escuro da nossa tradição tribal. É um pequeno livro sobre ser humano.

II

Muitos sinônimos, mas sempre o mesmo sentido: a expressão maledicente que busca diminuir os méritos de alguém ou inventar uma fama negativa.

A detração não é, necessariamente, uma mentira. Pode ser verdadeira ou falsa. O que marca a detração é a intenção de atacar, de diminuir, de jogar lama no alvo do meu veneno. Depreciar, como já insinuamos, significa elevar a minha posição. Essa é a chave do sucesso do detrator. A infâmia anunciada pelo narrador pode nascer de fato concreto e comprovado. Pode ser invenção absoluta.

O objetivo é o mesmo: quero arranhar ou quebrar o vítreo telhado alheio.

O importante é puxar bem para baixo, desnudar histórias, atacar. Bem, por definição, a expressão puxar para baixo implica reconhecer que estou abaixo de quem falo mal.

Esse é um dos problemas do falar mal: ele reconhece que me sinto abaixo ou, ao menos, que desejo estar por cima ao falar mal.

Reza velho adágio que, dada nossa fisiologia usual, um dedo apontado para alguém significa quatro dedos voltados para mim. Pelo silêncio ou por oposição, o fofoqueiro fala de si também. Nossas maldades seriam a melhor forma de perseguir o ideal socrático: conhece a ti mesmo.

Todos somos capazes de atos de bondade e abnegação. Hitler amava cachorros e defendia dieta vegetariana. Hitler matou milhões. A ternura, mesmo na mais infame criatura, fala de nós e nossos valores. Porém, nada deixa mais evidente minha personalidade do que o tipo de comentário que faço,

especialmente o maldoso.

Observe um discurso de formatura. Falamos bem das pessoas e da instituição. Agradecemos a nossos excelentes professores, homenageamos nossos amados pais e indicamos as qualidades excelsas daquela turma. Gostamos de ouvir isso.

Achamos indelicado alguém ser crítico naquela hora de consagração. Mas... a maioria dos rostos está entediada. Os elogios emocionam alguém, mas entediam. As virtudes, reais ou retóricas, não prendem muito a atenção.

Imagine se o mesmo orador, em vez de desfilar clichês edificantes na sua fala, se pusesse a destacar coisas erradas nas pessoas que ali estão. Se, com ironia e humor, revelasse quem deitou com quem ao longo daquele bacharelado. Quais colavam? E se indicasse os professores picaretas? Quais as falcatruas da instituição? Pronto, em ambiente tenso ou às gargalhadas, todos focariam na fala do orador. Falar e ouvir o mal é uma delícia; desde que não sejamos o alvo. Essa é a espécie à qual pertencemos.

Houve um imenso esforço de algumas celebridades brasileiras para controlar a publicação de suas biografias. Ao exercer esse controle, queriam estabelecer uma narrativa que contasse as muitas coisas boas, virtuosas e agradáveis que a vida de todos, inclusive celebridades, possui. Os fatos escabrosos, as fofocas, as calúnias ou as verdades dolorosas, essas deveriam ser caladas e silenciadas. Não devemos condená-los de imediato: todos gostaríamos de controlar as narrativas sobre nós.

A fofoca é anárquica e cresce em progressão geométrica. No boca-a-boca clássico e presencial ou nas redes sociais, ela escapa a qualquer controle. Tememos tudo o que foge à nossa supervisão. Calúnia é comparada a um travesseiro de penas

aberto em torre alta. Uma vez iniciada, entra em modo aleatório.

III

Maledicência é uma arte. Há regras. O fofoqueiro jamais pode ignorá-las. Vamos a algumas:

a) Preciso demonstrar que não falo por maldade, mas por vontade de ajudar. Revelo a coisa a você para que esteja precavido contra aquela pessoa. Insinuo que gosto da pessoa sobre a qual falo; no entanto... Destaco até alguns pontos positivos. Ela é tão pontual, pena que... Ele é muito esforçado, pena que... Olha, eu até gosto dela, mas acontece que... Um elogio a meia-voz é o prólogo de uma fofoca. O detrator não pode destilar maldade sem manifestar que é uma ótima pessoa e que ressalva aquilo para ajudar.

b) Quem me escuta não pode sentir-se parte do mal. Não posso rir da gordura alheia, se meu interlocutor estiver acima do peso. Nunca jogaria a pedra tendo como testemunha alguém com telhado idêntico ao que ataco. A fofoca tem de estabelecer uma alteridade, uma diferença, algo distintivo. Deve focar em algo que eu e você abominamos (ou tememos).

c) A maledicência deve ser crível, não pode fugir do plausível, mesmo que seja uma mentira. O bom fofoqueiro sabe que há limites.

d) A melhor detração insinua mais do que afirma. Veneno diluído é melhor aceito. É o floral de Bach do ácido, a homeopatia do cáustico.

Há o risco de ser menos entendido, porém é o recurso mais interessante. Ataque pelas bordas, calúnia indireta: é uma arte

sutil a destruição de outro ser humano.

"Ela é tão fiel ao marido. Por isso acho que ele nem se importa que ela saia com tantos amigos no sábado à noite." "Ele é um homem tão sensível, tão ligado à moda, sempre sai com amigas e não gosta de futebol, ele é quase feminino..." Assim, dizendo sem afirmar, elogiando quando se condena, dizendo limpar quando enlameia, o detrator-fofoqueiro terá grande sucesso.

Essas são regras gerais. Cada fofoqueiro sempre foi livre para escolher sua técnica.

O interesse pela vida alheia e a detração subsequente apresentam infinitas variedades.

O domínio da fofoca tem muitas subdivisões até chegar ao gênero e à espécie. As tentativas de generalização são aproximativas.

IV

Já que prometi brevidade, encerro a Introdução. O objetivo desta pequena obra é buscar as práticas e origens do ato de falar mal. Afinal, se o consideramos errado, por que persiste, em todos os lugares, o hábito de fazer detração? Enorme contradição: sendo um ser abominável, desagradável e indesejável, a senhora fofoca é atacada em público por todos, mas volta conosco para nossa cama e dorme, escura e perversa, na sombra do coração.

O livro tenta achar a chave desse ambíguo contrato de hospedagem. Se a fofoca é tão feia, por que a temos conosco diariamente? Que estranho amor é esse?

Parto de um princípio: onde houver pessoas, há falas; onde houver fala, há detração.

A detração nasce com a sociedade humana e não

desaparecerá enquanto houver seres humanos. Contra ela, há princípios bíblicos; regras morais; manuais de etiqueta; formadores de caráter: uma luta de milênios que só demonstra a permanência do problema. Meu princípio: somos todos, em graus e formas variadas, fofoqueiros contumazes. Resta o livro: por quê?

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA COMO DETRAÇÃO

"O que é dito no ouvido de um homem, frequentemente é ouvido a 100 km de distância."

Provérbio chinês

Sou historiador por formação. O homem no tempo e a construção da memória são minhas pedras fundamentais na profissão. Das lições históricas do Ensino Médio dadas até a faculdade de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, a História parecia fluir de um manancial inesgotável. Também no doutorado, com a professora Janice Theodoro, aprendi o prazer das "mansas inverdades" de Marco Polo, dos cronistas indígenas, dos reis de Espanha e dos governantes astecas.

Contei umas linhas disso para o leitor ter uma noção do prazer imenso que tenho na minha área. Já professor experiente em São Paulo, almoçava com uma senhora aristocrata portuguesa, de brasão no anel, fala escandida e modos teatrais.

Dona Adriana revelou-me, entre uma garfada e outra, que aprendera a desconfiar da História. Diante do meu espanto, afirmou:

- Aprendi com minha mãe que é feio falar mal dos outros. História fala quem casou com quem, quem traiu a quem e quem tinha defeitos graves. História é coisa de gente fofoqueira.

Meditei gravemente nas palavras da marquesa. Ela acabara de presentear-me com uma belíssima edição das "Elegias de Duíno", de Rilke. Decidi não rebater, pois o presente era generoso e a octogenária aristocrática não parecia admitir réplicas.

Dona Adriana não está mais entre nós. Toma chá de tília

e madeleines em outro plano. Seria a História uma fofoca com método científico? A pergunta permanece.

Um historiador profissional sabe que sua área está muito distante do século XIX.

Naqueles dias, historiar era narrar fatos, ao menos para a maioria dos profissionais. Durante decênios do século XX, a identidade do professor de História foi a de um narrador com compromisso com a verdade, diferente do literato. A História profissional assumiu tom sociologizante e compromissos políticos e sociais. Falamos mais de classes do que de pessoas, mais de forças econômicas do que de datas, e analisamos mais representações sociais do que indivíduos.

Um historiador profissional, hoje, raramente fica preso ao anedótico ou ao fato moral. Uma boa aula contemporânea pensa criticamente fontes e como narrativas foram criadas e a partir de quais condicionamentos, entre outras coisas.

Mas... pensando como professor, sei que o que realmente prende a atenção dos alunos é a narrativa biográfica e fática. Disserte uma hora sobre a mudança na composição social romana nas crises da República ou no aprofundamento do déficit financeiro da cidade. Os alunos prestarão atenção, digamos, difusa. Indique, de relance, que Júlio César era bissexual, e uma centelha de pólvora incendiará a sala. O quê? Conte mais, professor...

O pessoal, aquilo que estabelece um gancho com nosso mundo e lança algo que continua sendo alvo de detração hoje: isso capta muito a atenção.

Nas origens da Grande Guerra, destacamos sempre o Imperialismo. Os alunos, com sorte, anotam. Tríplice Aliança contra Tríplice Entente? Bocejos... De repente escapa: o kaiser Guilherme II, da Alemanha tinha um braço defeituoso e isso o tornava ressentido.

Que fascinante! Como era esse braço, professor? Ele conseguiu segurar algo? Então você conta detalhes do parto dele e os alunos mostram vivo interesse, ofuscando o "secundário": Imperialismo, Paz Armada, Guerra Franco-Prussiana...

O anedótico brilha, e o estrutural e o sociológico são opacos.

O jogo prossegue nos próximos pontos. Parlamentarismo inglês? Difícil fascinar. Mas Churchill bebia demais? Diga uma das frases maldosas e rápidas do primeiro-ministro conservador, e ela ficará para todo o sempre na memória dos alunos. As mais célebres mostram essa língua ferina, e, não sendo exatamente fofocas, devolvem o veneno triplicado:

Churchill e Elizabeth Braddock:

- Senhora, você é feia.
- Senhor, você está bêbado.
- Pela manhã, ao menos, estarei sóbrio.

Ou esta troca de farpas:

Convite de Bernard Shaw para Churchill:

- Tenho o prazer e a honra de convidar o digno primeiro-ministro para a primeira apresentação de minha peça Pigmaleão. Venha e traga um amigo, se tiver.

Bernard Shaw.

Resposta de Churchill para Bernard Shaw:

- Agradeço ao ilustre escritor o honroso convite. Infelizmente não poderei comparecer à primeira apresentação. Irei à segunda, se houver.

Winston Churchill.

Gostamos desse tom ferino, dessa rapidez mental que devolve o veneno com veneno redobrado. Parece ser uma defesa e uma prova de vitalidade, ou até de masculinidade.

Não levo desaforo para casa! Seria uma forma de não ser passivo ou submisso.

A língua afiada é, em geral, admirada, desde que não se

dirija a nós.

Mas nem tudo é tão divertido. Analise a estrutura dos fascismos. Há um interesse médio. Mas afirme: Hitler talvez só tivesse um testículo. Até o último da fila levanta do seu sono secular. Sim, um dos mais comentados fatos sobre a anatomia do Führer é sua ausência do clássico par. Falei que isso seria próprio do interesse dos alunos? Façamos um teste longo: pense em cinco anos o que você guardou deste livro e, creio, essa informação estará viva na sua memória.

O jogo é infinito e complexo. Toda personagem, gênio artístico ou genocida, tem facetas passíveis de detração. Jorge Luis Borges era racista? O papa Júlio II era homossexual? O pintor romântico Delacroix talvez fosse filho do ministro Talleyrand? O rei Henrique de Castela, meio-irmão de Isabel, era impotente? D. João VI foi surpreendido numa cena de intimidade suspeita com um empregado do palácio? Pedro I era epilético? Pedro II passava o pé nas coxas da condessa do Barral durante a aula que esta dava para as princesas Isabel e Leopoldina?

Isso, sim, eletriza uma classe de Ensino Médio e o público em geral.

O bom professor sabe dosar algumas dessas informações com análises mais, digamos, científicas. São como torrões de açúcar para premiar a atenção do cavalo. Todos que dão aula sabem que esses torrões terão mais longevidade do que a análise sociológica do partido jacobino.

Sim, a parte com que o grande público e os alunos se deleitam é a pura detração. Fofoca não é o tema mais científico, mas é o que mais pega o leigo. Dona Adriana sorri do além. Sexo, ambiguidades morais, defeitos de caráter: o desfile das personagens é quase um caso clínico.

O romano Suetônio, ao escrever "A vida dos doze Césares", tinha dado um bom pontapé. Tibério ensinava crianças a nadarem e a mordiscarem suas partes íntimas. Chamava-as "meus peixinhos". Calígula não precisa de nenhum adjetivo.

Cláudio era realmente estranho: foi o único imperador do século I a gostar só de mulheres. Cada tipo estranho no Império Romano...

A História anedótica, feita de episódios escabrosos e constrangedores, pode gozar de baixa estima na academia; todavia, é de imenso sucesso fora dos muros da universidade. Mas há obras de análise de panfletos satíricos ou até de piadas. Porém, para submeter esse objeto-- mosaico ao método, acabamos eliminando o humor de tudo ou a maldade, submetidas ao discurso acadêmico.

Quando um autor fala do passado, podemos imaginar que ele tenha um alvo político indireto: elogiar alguém do presente. No mundo dos imperadores Trajano, Adriano e Marco Aurélio, era importante pensar que o passado tinha sido um horror moral.

As detrações de Suetônio são elogios a imperadores do século II. Seria a fofoca um serviço político?

É possível avançar nos séculos e focar outro autor. William Shakespeare solidificou a fama de algumas personagens. Foi o caso claro da peça "Ricardo III".

O autor inglês precisava carregar nas tintas sobre a família York, já que trabalhava na época Tudor. A personagem dramática Ricardo III é, aparentemente, muito pior do que o Ricardo III real. Na obra, um corcunda asqueroso e assassino domina nossa imaginação.

A mensagem do bardo: vivemos uma época gloriosa. Por quê? Porque a passada tinha coisas terríveis como Ricardo III. Ricardo III, o corcunda, combateu Henrique Tudor, que vem a ser avô da minha chefe: Elizabeth I...

Viram? Fofoca pode ter motivo político e interesse pessoal...

No passado, reis e rainhas pagavam autores de panegíricos elogiosos, encomendavam quadros que podiam melhorar o aspecto do retratado, publicavam sua própria versão da História.

Hoje diríamos que todo governante tem uma assessoria de imprensa que deve dar a versão palatável ao grande público.

Aqui, entramos num pilar importante da fofoca. Ela precisa criar uma personagem.

O teatro e a literatura ensinam a estrutura da fofoca. A personalidade é boa para ser fofocada se for possível ser transformada em personagem. Uma personagem clássica é bem marcada. Ricardo III só consegue ser corcunda e ambicioso. Não excede os limites estreitos dessa moldura. Por isso é notável. Suas marcas são de fácil retenção pelo público.

O avarento de Molière, o judeu de O Mercador de Veneza shakespeariano, Jezebel na Bíblia: todos são quase apenas uma coisa e por isso podem ser mal falados.

A personagem-alvo da fofoca deve entrar em um tipo que podemos chamar de "ideal"; só assim a luz do meu olhar (ou a sombra) a pode identificar e transformar em foco da minha maledicência. A fofoca é um tipo de reflexo no espelho.

O alvo da fofoca deve ser alguém quase estereotipado. Se for mau, deve ser muito mau.

Se for homossexual, deve ser afetado, pois isso está no estereótipo do senso comum.

O burro será um monumento à burrice. Se for grosseiro, as histórias serão quase monolíticas. A fofoca é, também, uma forma de reter uma verdade, ou o que desejamos que seja uma verdade.

Mas voltemos aos historiadores. A detração tem um objetivo. Ela humaniza a personagem, aproxima-a de nós.

Júlio César, o romano, Napoleão Bonaparte, o corso: ambos jogaram com habilidades sexuais em diversos campos para atingir seus objetivos. É o momento em que o gênio da conquista da Gália ou o estrategista de Austerlitz deixam de ser deuses. Até nas descrições físicas estão contidas essas questões. Júlio César era calvo; Napoleão era baixo.

Há um curioso impulso de aproximação estabelecido pela fofoca. Contra narrativas que tornam os grandes homens quase deuses, os fofoqueiros arrastam os líderes para a lama da humanidade.

A História tradicional, dos grandes mitos nacionais, estimula isso. O professor monótono constrói um Duque de Caxias perfeito e modelar? Os alunos, especialmente brasileiros, querem o outro lado. A sexualidade do inventor Santos Dumont, os debates sobre a vida privada de Mário de Andrade ou de Zumbi dos Palmares, a fidelidade da rainha Vitória à memória do amado Albert: não há setor, pessoa, período ou momento que não tenha sido alvo direto do coro dos detratores. Talvez Dona Adriana tivesse razão.

A história postula uma proposta mais sociológica hoje. Em vez das grandes personagens, demonstramos mais as forças coletivas, econômicas, os grandes movimentos sociais ou as formas culturais de definição do real. Historiadores universitários acham até um pouco "vulgar" ficar falando de vidas pessoais. Parece antigo, menor, mesquinho e indigno da nobre função de um filho de Clio.

Neste momento curioso, no qual a grande corrente dos historiadores profissionais está afastada da fixação nos detalhes pessoais, emerge uma bem construída narrativa de pessoas (na maioria jornalistas) que faz um sucesso imenso adicionando o pessoal, o anedótico, o irrepetível que está contido... na detração.

Vejamos o exemplo notável, entre tantos, do sucesso dos livros de Laurentino Gomes.

O paranaense Laurentino tem excelente formação e produziu obras de imenso alcance de público. Quando o Brasil debatia os 200 anos da chegada de D. João ao Brasil, houve muitos lançamentos de textos acadêmicos retratando diversos aspectos da Corte e suas notáveis implicações. Laurentino escreve com gosto e escreve bem. Ele tem narrativa corrente e com o foco de um excelente narrador. Laurentino Gomes faz uma sólida pesquisa e não rejeita nenhum dos grandes autores profissionais do tema. Não pretende (creio) ser a palavra mais original da pesquisa em arquivos, mas pretende (imagino) falar de coisas que os acadêmicos sabem, mas que ocultam sob o

rigor da linguagem acadêmica pesada, seca e raramente literária. Ele quer que o leitor fique interessado, que crie o prazer por grandes temas e datas e que chegue bem e feliz ao fim do livro.

Era o momento do bicentenário da Corte, já dissemos.

Surge o best-seller "1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil".

O subtítulo diz tudo: é um gancho pessoal, detrator, de amplo apelo público. Imagine-se o rigor do texto de uma referência como Raymundo Faoro sobre o mesmo tema.

Fantasio como seria desenvolvido pelo jurista gaúcho... "1808 - Como o estamento burocrático lusitano de matriz conceitual weberiana foi ressignificado no Brasil interiorizando a metrópole". Perceberam? O segundo é mais acadêmico e de menor apelo.

Mas vejam: Laurentino não abandona as grandes explicações sociológicas, historiográficas ou econômicas do momento. Há no livro muitos trechos de boa narrativa geral sobre questões econômicas. Mas Laurentino Gomes não escreve para uma banca ou para uma editora universitária. Ele quer o grande público, aquele que usualmente não compraria um livro de História do Brasil para leitura de lazer. Ele quer as rodas de livros dos aeroportos e as listas dos mais vendidos das grandes revistas. Ele consegue? A fórmula? Incluir na narrativa o tom do suspense, o detalhe pessoal e até o folhetinesco. Fazer parecer ao leitor como se estivéssemos numa sala de estar, vizinhos ao Paço Real, e uma pessoa nos dissesse: "Sabe o que eu ouvi sobre Carlota Joaquina?" Bem, nossos ouvidos ficariam aguçados. É uma estratégia, e uma boa estratégia.

O autor foi triplamente premiado. O primeiro prêmio foi o imenso sucesso de público, confirmado nas novas obras com os títulos cronológicos de 1822 e 1889. Também recebeu o ambicionado prêmio Jabuti. Por fim, há o prêmio do mau humor acadêmico.

Nós, das universidades, fazemos livros que, usualmente,

levam anos para esgotar 1.500 ou 3 mil exemplares. Nosso espaço na mídia é modesto. Falamos para nós e nossos pares. Logo, muitos de nós lançamos um mau humor terrível sobre esse tipo de sucesso.

O azedume da raposa sobre as uvas esconde muitas das nossas dores de acadêmicos. Intelectuais, como todos os seres humanos, cumprem a máxima de Nelson Rodrigues: perdoamos tudo, menos o sucesso alheio, este continua sendo uma ofensa pessoal.

Na França e nos EUA, a categoria de divulgação histórica não é considerada concorrente, mas complementar da busca acadêmica. Sempre achei que os dois campos poderiam se beneficiar muito um do outro. Os acadêmicos conseguiriam aliar rigor formal a beleza narrativa, como ocorria em grandes do passado: Sérgio Buarque de Holanda, Marc Bloch e Capistrano de Abreu. Os divulgadores poderiam tentar um rigor menos polarizado ou focado no anedótico. Ambos ganhariam.

Há outro campo que mostra a sedução do detalhe e do individual: as biografias.

Os leitores, em geral, gostam mais delas do que dos recortes amplos. A vida de Maria Antonieta rende mais do que História geral da economia francesa do Antigo Regime.

Por quê? Obviamente, porque encontraremos na vida da última rainha do Absolutismo francês detalhes específicos e uma proximidade que os grandes recortes não permitem.

Ela teria dito mesmo que o povo deveria comer brioche na falta de pão? Teria tido um caso lésbico? Teria seduzido o próprio filho, como a acusaram no tribunal? Teria sido infiel a Luís XVI com um belo nobre no Trianon? Isso é parte da detração, da fofoca pura, que um dia teve o objetivo político de atingir Antonieta e o Absolutismo, mas que hoje, sem reis de direito divino, se conserva ainda. Mais de 220 anos depois de a rainha ter perdido a cabeça, a detração da austríaca ainda faz sucesso. O que aprendemos?

Mudou o Antigo Regime. Mudou o Absolutismo. A França

virou uma República.

Duas guerras devastaram a Europa. Socialismos, anarquismos, liberalismo, terrorismos, Imperialismo, revoluções industriais e internet: tudo virou de pernas para o ar. O mundo é inteiramente outro. Não temos mais nada com aquele momento de 1789.

Porém... continuamos os mesmos fofoqueiros profundamente interessados na vida da rainha. A fofoca talvez seja a mais longa duração da vida humana.

Como dissemos, a fofoca de personagens reais apresenta, de forma clara, um objetivo de poder ou de enfraquecimento dele. Já citamos o rei Henrique IV de Castela, apelidado de "o impotente". Quando o rei conseguiu uma filha, Joana de Trastâmara, a Corte e os inimigos deram o apelido maldoso de "beltraneja" à menina. Por quê?

Beltrán de La Cueva era amante da rainha, da mulher de Henrique IV. Como o rei era famoso pela incapacidade sexual, chamar sua herdeira de beltraneja, filha de Beltrão, não era apenas uma maldade clássica, era um projeto político.

Bastarda, Joana não poderia herdar o trono de Castela, e a outra pretendente, Isabel, a Católica, poderia (como conseguiu) reclamar a Coroa. Fofocas políticas são mísseis teleguiados.

O mesmo pode ser dito de Antonieta no século XVIII. Atacar a rainha era uma forma de destruir o poder absoluto de Luís XVI, seu marido.

Talvez por causa de tudo isso os políticos e as celebridades precisem, até hoje, cuidar da imagem. Sabem que serão julgados por coisas muito objetivas, como capacidade administrativa. Porém, é necessário que a mulher de César pareça honesta. O político deve ter família constituída, aparência agradável, e afastar, da sua biografia, elementos incômodos. Há antipatia e simpatia do eleitorado a partir de valores tão anedóticos quanto aqueles que levam o grande público a falar mal das personagens do passado. A arte da política e a detração serão os temas do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

POLÍTICA, OU A ARTE DE DESVIAR DA DETRAÇÃO

"Um príncipe, em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião."

Nicolau Maquiavel

A detração é uma forma de fazer alianças. Ela surge como um recurso para estabelecer jogos de poder. Tenho de obter informações do outro, especialmente seus pontos fracos. Tudo fica mais forte e intenso se esse outro é meu adversário. Mas, igualmente, preciso saber de meus amigos, de meus vizinhos, do condomínio e de tudo: mesmo no campo da confiança é preciso estar precavido. Conhecimento é poder, ideia já citada de Francis Bacon.

Uma campanha eleitoral, num sistema democrático, é um tsunami de vida pessoal arregaçada na tela. Um candidato quase obrigou sua companheira a um aborto? Foi fato-bomba em período recente. Outro teria usado maconha ou não acreditava em Deus? Impossível elegê-lo. Um ilibado empresário-candidato usaria trabalho escravo nas suas fazendas? Outro possuiria recursos em ilhas alheias a controle fiscal? E meu adversário, caro eleitor, você "sabe se ele é casado? Se tem filhos?" A insinuação é clara. Houve um que realizava cultos de magia negra em casa. Soube-se de fonte segura a pior de todas: supositórios de cocaína! Imagine só!

Não espalhe, mas a carne que você compra enriquece seu inimigo político...

Verdadeiras, falsas, caluniosas, francamente construídas para o ataque, pouco resistentes a críticas documentais e

investigativas, essas peças de detração lembram um certo clima de faroeste político marqueteiro: quem disparar mais assalta o banco, ou seja, leva o cargo. Novidade? Infelizmente, não.

É importante notar que a detração política não é munição exclusiva dos profissionais da área. Ela funciona porque é moeda franca entre os eleitores, entre gente comum, alguém como eu, que escrevo, e você, que lê. É o grande público comum que se constitui no solo ávido de informações, de dados pessoais.

É uma dialética extensa. Tem sentido eu saber se o candidato X mantém um caso extraconjugal? Isso diminuiria a força da sua proposta sobre política fiscal? A amante seria uma prova de que ele não compreende os meandros dos Brics ou do Mercosul?

A infidelidade viria de mãos dadas com uma mancha insuperável na competência? Sim e não.

Sim, se o candidato se apresentar como modelo de ética e de família tradicional e conservadora. Sim, se a defesa da estrutura monogâmica fizer parte do seu discurso.

Nesse caso, uma amante desconstrói o discurso dele e mostra que ele mente ou, no mínimo, é hipócrita. Essa falsidade pode ser isolada ou estrutural. Porém, em todo caso, a detração tem sentido: se ele engana as pessoas mais próximas, a sua família, a quem ele conhece e com quem convive, imagine com você, caro leitor. Nesse caso, de forma enfática, sim.

O não é mais complexo. Suponha que ele não acredite na ideia de monogamia e que sua esposa esteja inteiramente informada de sua vida paralela. Suponha que ambos tenham um acordo aberto, ao estilo Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Imaginemos que ele não defenda nem firme pé em questões morais, considerando que é candidato a um cargo administrativo, e não é guardião da vida pessoal de ninguém. Nesse caso, não.

Mesmo assim, o eleitor tem o direito de escolher alguém com comportamento pessoal similar ao seu. No entanto, impera aqui nossa consciência. Poucas pessoas apresentam vida 100%

dentro dos altos padrões morais que exigem dos outros. Vale a ideia de que a mulher de César deve, ao menos, parecer honesta, já que o próprio César não era um modelo de virtude moral. Quase sempre a reclamação de César nasce da desconfiança que tem de si próprio.

O candidato é religioso? Resposta ambígua. Ateísmo afasta o eleitor mediano, que ainda identifica a falta de crença numa entidade como sinal de um caráter duvidoso. Mas ser adepto de uma religião exótica em relação ao seu eleitorado médio também pode despertar o medo. Ele é fundamentalista? Nesse caso, como dirigirá milhões de outros eleitores que não o são? Como ele conviverá com a diversidade e com o caráter heterogêneo de um país complexo? A informação passa a ser relevante.

Os norte-americanos resistiram um pouco ao catolicismo de J. F. Kennedy num país dirigido, até então, apenas por protestantes. Ele teve de declarar que não seguiria as ordens do papa para comandar os EUA. Foi o único presidente católico daquele país e o quarto ocupante da Casa Branca a ser assassinado.

Os brasileiros não chegaram a temer o luteranismo do presidente Ernesto Geisel, até porque esse, talvez, fosse o menor dos medos que poderíamos ter diante do general-presidente. Em 1974, quando Geisel assumiu o poder, não existia uma eleição aberta, e a escolha do presidente atendia a demandas corporativas das Forças Armadas e das forças civis de apoio à ditadura, não ao gosto médio da população.

Eu afirmei que é complexo examinar este ponto: a detração política.

Primeiro: é complexo porque quem se entrega a uma vida pública, por definição, terá de conviver com uma linha elástica de separação entre o que é de todos e o que é privado. Qual informação seria relevante para eu julgar um político? O que seria indevassável?

É um campo delicado. Europeus tendem a considerar

menos a vida privada na escolha de candidatos. A homossexualidade de um prefeito de Paris ou a filha fora do casamento de um presidente francês não parecem ter abalado a campanha. Cidadãos dos EUA (e nós, brasileiros) tendemos a dar grande relevância ao foro íntimo. No caso dos Estados Unidos, ter uma família constituída e ser religioso são elementos essenciais. A virtude pública começa pela sacra trindade: mulher/filhos/fé.

Deslizes no passado? Podem existir, se confessados e superados. Foi o caso do presidente dos EUA George Bush filho, ex-alcoólatra que se dizia renascido em Cristo (Reborn In Christ), expressão para alguém que reencontrou o caminho de uma fé intensa e existencial e abandonou os vícios. O defeito virou virtude: Bush saiu do "pecado" pelas mãos da sua fé, e isso o tornou mais especial aos olhos do eleitorado conservador e religioso.

Podemos mudar de ideia, e isso pode ser mostra de uma mente crítica e inquieta. Também pode ser mostra clara de oportunismo. O conservador Carlos Lacerda, político que tanto colaborou para o desfecho do golpe militar de 1964, tinha sido simpatizante do marxismo na juventude. O liberal D. Hélder Câmara, arcebispo identificado com posições progressistas, flertou com o integralismo no início da sua vida. Sim, podemos sempre mudar de opinião. Se pretendemos um cargo público, seria prudente demonstrar o percurso dessa mudança e seu itinerário em nós. É sempre mais sábio antecipar-se aos detratores. Contar antes e contar do seu jeito ajuda a controlar a versão.

A detração busca a transparência, nem sempre pelos bons caminhos, em meio ao esforço titânico de opacidade dos políticos. Controlar dados da sua vida pessoal é o grande esforço do homem público.

Pessoalmente, confesso que, se um homem se apresentasse como modelo de moral, tendo casado virgem com a primeira namorada, religioso fervoroso, pai de quatro filhos

lindos e disciplinados, jamais tendo levado uma multa, sua voz desconhecendo qualquer alteração no trânsito ou no jogo de futebol, seu olhar imune à tentação da jovem que passa ao seu lado tendo também jamais transposto o limite do álcool... eu nunca votaria nele. Um político vai governar homens, não anjos. Bem, mesmo os anjos já tiveram uma rebelião expressiva. No entanto, não preciso pensar nesse candidato: ele não existe.

No Brasil, a cena familiar é importante, bem como a religiosa, mas, aparentemente, um pouco menos do que nos Estados Unidos. Porém, para evitar o escândalo, a exigência é a clássica do vitorianismo: vale o que aparece em público. O presidente Juscelino Kubitschek teve amante; entretanto, só aparecia com dona Sara nos bailes oficiais. Getúlio Vargas e sua esposa nem compartilhavam mais o quarto, mas eram um casal oficial.

A esposa é a cena pública, e o público exige a sagrada família formal. A detração, nesse caso, parece nascer de um conservadorismo difuso, uma espécie de cenografia: você é o que diz ser e o que aparece. Entre ser e parecer, vale o velho conselho de Maquiavel: pareça! Aliás, invocando o florentino, ser plenamente fiel à sua palavra pode atrapalhar muito a vida de um governante. Todo o resto pertence ao campo da maledicência.

Voltemos um pouco ao século XVIII, capitania das Minas Gerais.

Naquele clima de medo, insegurança e total opressão sobre a liberdade política, uma crítica pública a uma autoridade colonial poderia significar cadeia e morte. Nesse ambiente, surge a personagem literária Fanfarrão Minésio. Cartas fictícias dirigidas de um suposto Chile e criticando um governador local, as "Cartas chilenas" eram uma forma de detração possível num mundo de censura. Um grupo de letrados, como Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, dialogam e criticam a direção de Vila Rica, da capitania e de toda a Colônia. Os pseudônimos: Tomás é Critilo, que escreve a Cláudio, Doroteu.

Quem seria o alvo da detração? Pouca dúvida restava na época e hoje: era o governador Luís da Cunha Meneses... Sua descrição foi reconhecida por todos de Vila Rica, mesmo sendo um governador imaginário do Chile:

" Tem pesado semblante, a cor é baça,
o corpo de estatura um tanto esbelta,
feições compridas e olhadura feia;
tem grossas sobrancelhas, testa curta,
nariz direito e grande, fala pouco
em rouco, baixo som de mau falsete;
sem ser velho, já tem cabelo ruço,
e cobre este defeito e fria calva
à força de polvilho que lhe deita.
Ainda me parece que o estou vendo
no gordo rocinante escarranchado,
as longas calças pelo embigo atadas,
amarelo colete, e sobre tudo
vestida uma vermelha e justa farda."

A rápida ascensão do governador e da família e o enriquecimento em meio à corrupção foram também alvo do texto:

"Preza-se de fidalgo e não se lembra
Que seu pai foi um pobre, que vivia
De cobrar dos contratos os dinheiros,
De que ficou devendo grandes somas,
Sinal de que ele foi um bom velhaco.
O filho, Doroteu, tomou-lhe as manhas:
Era um triste pingante, que só tinha
O seu pequeno soldo; agora veio
Para inspetor das obras e já ronca,
Já empresta dinheiros, já tem casas,
Já tem trastes de custo e ricos móveis;"

O Fanfarrão é acusado de um comportamento teatral e maquiavélico. Chora ao rezar, transmite em público a pura piedade. Na vida política e pessoal escapa de toda virtude. Tomás o chama de Nero, que no início fez um bom governo e depois deixou claros os desmandos. Há insinuações sobre orgias sexuais no palácio. Nada escapa à detração do poeta árcade.

Na avaliação da Inconfidência Mineira, de 1789, os ventos da liberdade sibilavam em reuniões secretas. Vinho do Porto, noites frias nas Gerais... Havia debates e, óbvio, estes incluíam uma boa dose de detração. Marília de Dirceu convivia com as mulatas apaniguadas que os inconfidentes, em maior ou menor grau, sustentavam. Segredos de polichinelo de uma moral ambígua do XVIII e de todos os tempos.

Tudo o que estourou em Vila Rica e, depois, chegou ao Rio de Janeiro foi um processo de fofoca: Quem viu? Quem falou com quem? Quem estava com quem? O que fulano soube de sicrano? A Devassa, a peça de inquérito da máquina repressiva colonial, é "juridiquês" sobre a vida alheia. Emerge nela uma personagem importante, mas boquirrota: Tiradentes. Joaquim José da Silva Xavier falava em alto e bom tom que havia uma sedição em curso. Bebia e falava. Tornou-se convicto das ideias e delas falava abertamente. Porém, preso, não entrou no usual "denuncismo" dos inconfidentes. Não denunciou e não negociou.

D. Maria I mandou matar alguém que tinha falado muito quando livre e nada quando preso. Tiradentes virou herói. Teve a língua solta pelo caminho do ouro e calou-se no final. Seus colegas mais cultos e ricos, quase todos, fizeram o contrário: foram discretos na sedição e falantes no processo.

Joaquim Silvério dos Reis foi o traidor. Falou antes de todos, com esperança de ter sua dívida com a Coroa perdoada. É o traidor, o modelo de Judas, o que aprendemos a odiar. Joaquim Silvério dos Reis é o traidor porque falou antes. Quase todos os inconfidentes heróis, que hoje estão em prédio histórico em Ouro Preto como heróis, falaram depois.

Tiradentes, pelo que sabemos, não denunciou ninguém. É o herói maior. A história da traição e do heroísmo pode ser uma história do 'timing' da fofoca.

Sedições são terreno fértil da detração. Se derem certo, a fofoca foi bem guardada até o fim. Se falaram antes, o movimento fracassa pela falta de discrição. A invasão da Baía dos Porcos em Cuba, em 1961, falhou porque ninguém guardou segredo. A invasão da Normandia, em 1944, parece ter sido eficaz porque, entre outros fatores, foi um segredo mais bem guardado. Seria parte do êxito estratégico a capacidade de manter segredo?

O segredo é o espaço cercado da fofoca. Fato-bomba bem guardado tem imenso poder. Maçons, templários, jesuítas, judeus: cada grupo já foi atacado por possuir um segredo que não é compartilhado. Parte da teoria conspiratória sobre esses grupos nasce de uma vontade de saber o que eles sabem. Seriam bem-informados? Conheceriam coisas que não sabemos?

Eles vivem em mundos onde a informação privilegiada é moeda corrente. Seria o preconceito construído contra esses grupos parte de um esforço de ser informado, de não ficar "de fora" dos fatos mais interessantes?

Os cardeais entram na Capela Sistina. Estão se preparando para eleger o representante da última teocracia do planeta: a Igreja Católica. Procedimento básico: os prelados fazem voto de silêncio absoluto sobre tudo o que ocorrer sob os lindos afrescos de Michelangelo.

O juramento só aumenta nossa curiosidade. São publicadas reportagens minuciosas sobre o que cada cardeal recebeu de voto em cada eleição. São feitos filmes detalhados sobre as eleições. O público recebe infográficos nos jornais sobre o total de votos de cada um.

Qual a fonte? Provavelmente nenhuma; são peças ficcionais. Mas é exatamente o segredo bem guardado dos príncipes da Igreja que estimula aceitarmos como verdadeiras

informações que são, no máximo, suposições. Ou haveria um cardeal que, após uma pasta carbonara e uma garrafa de bom vinho, soltaria a língua? Não sabemos, e isso é perfeito para a fofoca.

Quando queremos segredos e eles não existem, basta... inventá-los. Uma das mais famosas peças de calúnia da história, o livro "Os protocolos dos sábios de Sião", é criação de uma corrente antissemita que inventa, costura e constrói uma lógica de dominação judaica sobre o mundo. Umberto Eco ironizou essa fantasia com outra invenção, o livro "O cemitério de Praga".

Nesse caso, estamos diante de uma detração trágica. A calúnia criada pelos Protocolos foi recebida como verdade no mundo do preconceito. Esse tipo de maldade e de fofoca, já foi dito, abriria as portas de Auschwitz. Integrando a maldade humana, a detração também pode ser fatal. A calúnia mata.

A fofoca pode ser uma defesa contra a autoridade. Já indicamos isso com o Fanfarrão Minésio. A caricatura bem-feita do governante desnuda o poder. Os romanos escolheram uma estátua com orifício na boca para colocar panfletos contra autoridades da Cidade Eterna, especialmente o papa. A estátua, próxima da Praça Navona, chamava-se pasquino, e dela deriva a palavra pasquim, jornal satírico. Era a mais célebre das muitas "statue parlanti" (estátuas falantes) de Roma.

O pasquim pode ser uma resistência democrática. É o recurso contra sistemas opressivos. Falar mal, sendo coerente ou não com a verdade, é uma arma contra quem não permite nenhuma oposição pública. A fofoca é corrosiva. Rir de quem se apresenta acima do bem e do mal, fazer detração dos poderes que nos governam: eis aí uma sólida tradição.

Também há, aqui, uma das fraquezas da detração. Um tirano é ruim porque é um tirano. Seu defeito está na tirania, no exercício autoritário do cargo. A detração não trabalha com esse conceito em si. Não é uma reflexão teórica política. Não critica a desigualdade entre os poderes ou o descumprimento

constitucional. A detração não traz um fato entre sussurros e diz: "Você soube que o presidente não respeitou um habeas corpus?"... A maneira de atacar o poder é falar das inconsistências pessoais. Ele quer mandar no país, mas dizem que sua esposa é quem manda... Ele é autoritário, mas impotente do ponto de vista sexual?

Ela não conseguiu manter o marido junto a si e quer manter o país unido? A detração, além de não teórica, é, em geral, conservadora. A comédia quase sempre é conservadora. Reacionários quase nunca gostam do humor. Umberto Eco, no célebre "O nome da rosa", cria um erudito e azedo beneditino de nome Jorge, disposto a matar e destruir em nome do humor que abominava. Mas, curiosamente, o humor ataca a "prática desviante" do ponto de vista social e moral. Os temas da detração são as infrações heteronormativas, por exemplo. São as quebras da família patriarcal e clássica. São ataques ao ideal apolíneo de beleza. Nunca alguém chamou você a um canto e, com voz reduzida e sorriso maroto, disse: "Você soube que ela é heterossexual, linda, magra, inteligente, fiel ao marido, religiosa e feliz ao extremo?". E o ouvinte comenta: "Não me diga, conte mais, conte mais"... Esse diálogo improvável demonstra uma veia reacionária da detração, mesmo quando a serviço de um fim revolucionário. Jorge, o azedo religioso, deveria rir mais se percebesse as ligações claras entre sua falta de humor e o humor em si.

Importante ressaltar sempre: o humor é uma poderosa arma política. Humoristas sempre foram alvo de repressão dos ditadores. O humor é uma forma intensa de participação política, embora, com frequência, ande de mãos dadas com formas conservadoras e até reacionárias. Nos seus alvos usuais, o humor ataca o nordestino, a mulher loira, o português imigrante, o gay, o negro, o pobre e o judeu. Nesses momentos, quase sempre fascistas e humoristas poderiam beber algo num bar; a amizade seria quase instantânea. Rindo, podemos derrubar ditadores. Infelizmente, rindo também podemos abrir os portões terríveis do Holocausto.

Entre sorrisos escancarados ou discretos, fazemos nossas detrações.

Cortes e detração

O ambiente por excelência da detração é a Corte. Lá os nobres vivem em torno do rei, em geral ociosos, e correm fofocas intermináveis. A vida na Corte é uma vida de conversas, chás, passeios e... fofocas.

Talvez o maior exemplo de alvo de fofocas tenha sido a já citada Maria Antonieta.

A jovem princesa austríaca já foi recebida em Versalhes com uma frase dita entre murmúrios: que ela era "l'Autrichienne". A palavra contém um jogo francês: significa austríaca, mas, dita separada, significa a cadela (chienne) da Áustria. Quantos risinhos não devem ter sido difundidos pela fala entre leques que soltou essa piadinha infame!

A vida na Corte não foi muito mais fácil depois do início ruim. Maria Antonieta era acusada de não colaborar sexualmente para a longa dificuldade do Delfim, do seu marido, em consumar o casamento. Sendo estrangeira e de uma família que lutou com frequência contra a França, ela era considerada quase espiã.

Maria Antonieta foi tragada pelos acontecimentos revolucionários. Levada a julgamento, teve de ouvir uma lista longa de acusações. Teria conspirado contra a França (forças austríacas estavam lutando contra a Revolução), teria sido amante do oficial sueco Hans Axel von Fersen, teria tido intimidades com damas de companhia, teria feito gastos extravagantes em plena penúria do Tesouro e, por fim - a única acusação que a fez gritar no Tribunal -, teria tido um ato incestuoso com seu filho, o jovem Luís.

Quando Antonieta ouviu a acusação de incesto, pronunciou-se energicamente e apelou às mães presentes, na maioria mulheres simples e próximas aos jacobinos. A

identidade das mulheres mães falou mais alto do que suas preferências políticas. Ela foi aplaudida pelas mulheres. Foi um breve e final triunfo de Antonieta. Até a fofoca apresenta limites.

As historietas sobre a rainha francesa circulavam havia muito tempo, acompanhadas, muitas vezes, de pinturas caricatas e sexualmente ofensivas. A mais famosa, uma frase nunca dita pela rainha, diz respeito a ter indicado brioches para o povo que não tinha pão. Seria como indicar um carro de luxo para quem não está contente com o transporte público. Tornou-se sua frase mais conhecida, e, mesmo assim, nunca foi possível provar que tenha sido proferida por ela.

Maria Antonieta foi guilhotinada por herdar a raiva e o ressentimento de séculos.

Não foi, nem de longe, a pior rainha francesa nem notavelmente mais alienada do que suas antecessoras. Não era esperado isso de uma rainha. Era boa mãe, queria que os filhos tivessem contato com pessoas simples, renunciou a alguns luxos para amparar pobres, mas era o símbolo de um sistema concentrado, injusto e terrivelmente violento. Foi executada por isso, mas também pelas fofocas. Maria Antonieta perdeu sua cabeça, em parte, pelo que as outras cabeças falavam dela. É, provavelmente, a mais famosa vítima da fofoca. Era uma mulher comum, como a definiu Stefan Zweig.

Mas a mulher mediana era rainha e estava no topo de um sistema injusto que ruía no fim do século XVIII.

Também é da França o texto que mais analisou a detração política. Trata-se do "Breviário dos políticos", ¹ do cardeal Mazarin, regente do reino. O livro é uma análise astuciosa da vida na Corte e dos meios políticos da França do século XVII. Cinismo, dissimulação, teatralidade política: uma sequência de realismo sem nenhuma concessão à bondade ou à ética.

O cardeal recomenda que sejam ouvidos empregados e pajens, mas que evitemos "fazer uso imediato dos segredos que eles te revelarem"².

O cardeal aconselha a contar uma história diferente a

cada pessoa, com variações, mas pedindo segredo. Assim, a história que se espalhar denunciará quem é o fofoqueiro.

Do início ao fim, o prelado maquiavélico fala da fofoca como um instrumento de controle e dominação política. Passados mais de 300 anos, a obra continua com uma imensa atualidade.

Tal como a inveja, a detração é um erro que não se assume. Ninguém afirma que quer falar mal porque gosta do veneno da conversa corrosiva. A detração política se reveste de vontade piedosa e de cidadania. Falo mal porque, afinal, quero o melhor para meu país. Precisamos desmascarar este deputado, aquela prefeita, este governador, aquela presidenta. Por quê? Óbvio: porque ele mente e desejamos alguém probo a nos representar. O verniz da virtude é sempre muito frágil, mas indispensável.

Quase sempre, como a inveja, a detração da pessoa pública é uma seta envenenada dirigida a um ídolo. O sucesso deve ser punido. O poder é intolerável. A beleza... um insulto pessoal. Felicidade e dinheiro? Insuportáveis! O que resta como arma é o falatório, uma espécie de homenagem de vetor trocado. Mas este político não é tudo aquilo que dizem dele? Provavelmente sim e muito mais. É por isso que nós merecemos todos.

Um debate político contemporâneo, como temos assistido, não é um confronto de ideias ou propostas. Um debate político hoje é um rosário de ataques pessoais. Mais uma vez: seria esse um defeito da política? Acho que sim, mas é também um defeito do eleitor. Se isso aparece e influencia o resultado, é porque o ataque pessoal goza de alto Ibope.

CAPÍTULO 3

DEUS TE VÊ

"O que você não viu com os olhos,
não testemunhe com a boca."

Provérbio judaico

Cave, cave, Deus videt. Cuidado!, cuidado!, Deus te vê!

A advertência está numa pintura maravilhosa de H. Bosch, no Museu do Prado, em Madri. Ilustra os sete pecados capitais e mostra a observância divina sobre nossas falhas. Representa uma visão de Deus e de moral típica daquela época. Devo me comportar bem porque existe o testemunho permanente divino e porque dele deriva uma punição. Não sou, exatamente, um observador da moral pelo seu valor em si, uma vez que sou um prisioneiro com um guarda na minha frente. Talvez esse seja o argumento mais fácil de ser ensinado. Ande na trilha certa, ou você será punido na errada e premiado na outra. É abstrato demais querer a compreensão de que a virtude deveria ser um valor autônomo e a recompensa do bem é o bem em si. Com efeito, essa é uma abstração mais difícil de ser observada pela maioria.

Lógico que esse caminho não resume a moral: as propostas religiosas vão muito além disso. Mas o argumento da observação divina é forte e funcional.

Fazer o bem pelo bem? Ser bom porque é bom? Estabelecer a virtude pela virtude em si? Todas perguntas fáceis de serem respondidas, mas dificílimas de serem vividas.

Temos livre-arbítrio. É uma ideia sólida em muitas religiões. Escolher a luz ou a sombra é uma decisão pessoal e intransferível. No entanto, é importante notar que escolher A implica felicidade futura, o Paraíso e tudo o que se possa imaginar de bom. Escolher B é o contrário: morte, choro e ranger de dentes. Aqui tropeça parte do livre-arbítrio, pois a

escolha fica induzida. Não existe livre concorrência entre os dois caminhos, já que os resultados seriam opostos. Se fossem dois restaurantes, a propaganda diria: venha para o Restaurante Éden, onde o serviço é perfeito, a comida é gratuita e maravilhosa, e tudo será de uma qualidade extrema; ou venha para o Restaurante Inferno, onde a intoxicação alimentar é garantida, os preços são absurdos e os garçons, agressivos. Hum... que dúvida no meu livre-arbítrio... Não sei se vou ao primeiro ou ao segundo. Quem pode me ajudar? Preciso ler muito e consultar muitas avaliações para tomar essa decisão difícil.

O leitor notou, nessa ironia, os limites do livre-arbítrio.

Há liberdade? Claro. Na escolha em si. Sou livre para ser bom ou ser mau. Sou livre para ser um ladrão corrupto na política e desviar merenda de crianças carentes para comprar meu carro importado. A liberdade é forte; todavia, existe no ato, não no resultado. Para um religioso, o destino final é oposto para cada escolha. A ideia é meio estranha, mas, e se todos fossem para o Céu? Políticos corruptos e almas abnegadas que lutaram honestamente? Então teríamos, de verdade, livre-arbítrio, mas perderíamos o efeito de controle da moral. Essa é uma típica pergunta do mundo contemporâneo, incompreensível para ouvidos antigos.

As religiões morais sempre lutaram para reprimir a detração. Deus condena levantar falso testemunho. É um mandamento básico de decálogo.

Tomemos um exemplo clássico. José do Egito é vítima desse tipo de calúnia. A mulher de Potifar (ou Putifar) o acusa de sedução - sem base, claro. Ela foi rejeitada por José e, na sua dor, inventou que ele a seduzira. A história está no capítulo 39 do Gênesis, o primeiro livro da Torá judaica. A Bíblia não diz o nome dessa mulher, porém a tradição a denominava Zuleica. Preterida, ela ataca o jovem José e o denuncia. A questão é grave: José trabalha na casa, e isso, no mundo antigo, daria mais do que uma demissão por justa causa.

José foi preso. Não deu certo. José conta com a proteção de Deus. O carcereiro percebe a habilidade administrativa do hebreu. Ele é sábio e operoso. Os detidos são confiados a José, que se torna, na prática, um subadministrador do cárcere.

A roda da vítima inocente gira. José tem como companheiros de cela um copeiro e um padeiro do próprio faraó, presos por terem desagradado ao rei do Egito. Os dois ex-servos reais apresentam um sonho curioso, e José, habilíssimo na interpretação, se oferece para decifrá-lo. Na Bíblia, os sonhos podem ser mensagens mandadas do alto. Bem mais tarde, outro famoso José, o pai adotivo de Jesus, saberá, por meio de sonhos, que Maria é inocente ou que deve fugir para o Egito.

O sonho dos servos implica dois caminhos distintos: o copeiro será reabilitado; o padeiro, enforcado. Cumpridos três dias, isso acontece a ambos. José pede ao copeiro que interceda por ele junto ao faraó. Ele está na cadeia por um comentário maldoso. Deseja que um comentário bondoso o liberte. Porém, narra o Gênesis, o copeiro esqueceu-se dessa intermediação. Tendo sido perdoado, nada fez a favor de José.

Um novo sonho duplo do faraó traz ao copeiro a memória do hábil intérprete. O copeiro esquecido cita José ao rei. O senhor do Nilo o chama do cárcere, e José lança luz sobre o sonho: as vacas e as espigas sonhadas anunciavam sete anos de fartura seguidos de sete anos de escassez. Mais: José sugere que um homem sábio recolha a quinta parte da produção no septênio abundante, para poder ter reservas no período de fome. A habilidade de José, sua convicção e o caráter franco agradaram ao faraó. O homem sábio que o faraó indica é o próprio José. Ele ganha anel, colar, roupa e carro com cavalos. Ganha até esposa. Ele se torna um "primeiro-ministro" que fala e age em nome do faraó e inicia o projeto de recolhimento da abundância.

A lição da Bíblia apresenta muitas coisas a concluir. Deus, como diz no livro de Jó, age de forma misteriosa e pode usar o gesto ruim para dele obter o bem. José foi caluniado. Sofreu

fofoca injusta de uma mulher ressentida com sua recusa. Dessa detração injusta, José vai para a masmorra. Está criado o fato estranho (por que sofrem os bons?) de que Jó tanto trata. Do fato estranho, Deus extrai novos fatos e leva à exaltação de José do Egito. Juntamente com o futuro rei Salomão, José é exemplo de administração eficaz.

Colocam-se aqui os modelos morais. A mulher de Potifar mente, calunia, usa da detração para sanar a dor de ter sido rejeitada. José, inocente, diz sempre a verdade. Diz a verdade ao amo, diz a verdade aos carcereiros, diz a verdade ao copeiro e ao padeiro, mesmo que essa verdade implique prever a morte de um deles. José não é um vidente como a maioria dos videntes, que anunciam tudo o que o interessado/ pagante deseja ouvir. José tem compromisso com a antidetração. É sua retidão de fala e objetividade que o tornam uma personagem notável.

Mas, já dissemos e insistiremos, as personagens bíblicas são mais ricas do que isso.

A história de José prossegue e, já no papel de administrador-geral do Egito, ele recebe os que o perseguiram no passado: seus irmãos. Aqui a personagem José fica com mais matizes. Ele introduz artimanhas, ou, se preferirem, mentiras. Acusa os irmãos de serem espiões sabendo que não o são, exige a presença de Benjamin, o mais novo, como um "resgate", introduz uma taça de prata na bagagem do irmão para acusá-los de roubo... Aí é que volto a destacar a riqueza das personagens: José está caluniando exatamente como foi caluniado. Se a mulher de Potifar estava ressentida por não ter sido amada, José está ressentido porque seus irmãos tentaram matá-lo. A partir de suas dores pessoais, ambos tramaram uma vingança.

Zuleica é de menor projeção moral do que José. Ela foi até o fim com a calúnia. José retrocede ao final e perdoa seus irmãos agressores. Mas nosso herói bíblico tem, antes do perdão, uma chance de demonstrar que a detração sempre tem lugar no jogo político e pessoal.

O mundo volta a girar. Os hebreus foram trazidos ao Egito e prosperaram. Foram escravizados e libertados por Moisés. Os descendentes de José do Egito, já libertos, também murmuraram. Essa é uma expressão muito bíblica. Fugiram de 400 anos de escravidão no Nilo e chegaram ao deserto do Sinai. Fome, sede e medo: foram essas as bases dos resmungos. A liberdade foi atingida, mas não a satisfação do corpo. Almas livres e corpos famintos. Reclama-se da falta do peixe, das cebolas, do alho, dos pepinos e dos melões (Números 11 , 5). Murmuram e falam mal: é uma detração coletiva. Deus oferece a Terra Prometida e a eternidade, mas o povo chora pelas cebolas deixadas!

De novo, a massa reclama: Moisés subiu ao monte há tanto tempo! Será que está vivo? Alguns dizem que não. Teria Deus libertado o povo para matá-lo no deserto? A fofoca corre solta no acampamento israelita. Parece um vento sobre um trigal: ondula, cresce e se espalha. Desse murmúrio, resultará uma conspiração. O povo fez um bezerro de ouro e foi severamente punido. Da detração, surgiu a idolatria, e desta, um castigo para toda uma geração.

Há, aqui, um aspecto pouco explorado da detração. A Bíblia não diz, mas, como em todas as histórias similares que vemos, alguém deve ter dito: eu tenho um primo que viu o corpo de Moisés. Em toda fofoca alguém tem um parente/amigo que comprova isso.

A idolatria grave, que foi duramente punida por Deus, mudou o rumo da peregrinação do povo hebreu no Sinai. Mas pouca gente destaca que ela nasceu de pequenas e coletivas detrações. O bezerro é consequência do medo, da covardia diante do novo, da zona de conforto que o Egito representava. Mas é também fruto da fofoca.

O mais curioso na história narrada no Êxodo e no livro dos Números é que a peregrinação do povo naquela península foi povoada de milagres e interferências divinas.

Deus lançou as pragas antes da fuga, abriu o mar Vermelho, guiava o povo com colunas de fogo, fazia o Sinai

tremer, fez surgir maná e codornizes do nada. O mais cético dos céticos estaria convencido. Com um décimo desses milagres estrondosos, todos os ateus do mundo contemporâneo cairiam de joelhos. Só um cego não veria a interferência direta de Deus na história do povo.

Aqui uma lição bíblica importante. Os sinais são muitos. Podemos chamá-los, no mundo atual, de provas. Mesmo assim, as fofocas continuam ao longo dos quarenta anos no deserto. Em outras palavras, para o insatisfeito e fofoqueiro, a realidade empírica, aquilo que pode ser visto e testado, é irrelevante. A realidade não é a fonte da fofoca ou do desmentido dela. A fofoca nasce de dores que não são o objeto direto do tema. As dores são do fofoqueiro, do detrator. Esse ser fala mal não porque teria visto algo ou sabe de algo, mas porque tem dores e medos que o levam a falar. Mesmo tendo visto algo concreto (o que é possível), ele espalha o que viu porque seu foco é um ataque que não tem por meta, exatamente, falar mal do outro, mas diminuir uma dor própria sua.

Na linguagem atual, o povo hebreu murmurou por causa da saudade da sua zona de conforto e por não apresentar o valor tão defendido hoje pelo mundo capitalista: empreendedorismo. Para essa dor, para tal medo, nenhum fato ou ideia poderia provocar mudança.

Lembro-me de que estávamos com um grupo de amigos rindo alto numa rede de fast-food. Um deles, o mais azedo, lançou um anúncio terrível: este hambúrguer é feito de carne de minhoca. Depois, deu os detalhes usuais: ele tinha visto, alguém tinha falado, etc., etc.

Uns pararam de comer, outros ignoraram.

Fui atrás de algumas informações. A primeira era o preço da minhoca vendida para adubar a terra. Era bem alto.

As minhocas vendidas a quilo eram um produto de luxo e, provavelmente, ficavam inviáveis economicamente como matéria-prima em escala industrial. Se o objetivo era baratear a produção, a minhoca era uma escolha insensata. Levei os dados ao detrator. Ele contestou e reafirmou aquilo de que

tinha certeza: um amigo de um primo do vizinho tinha visto tudo.

Estranhei essa resistência lógica ao fato concreto. Levei anos para perceber que o ataque à rede talvez fosse o ataque a um sucesso, ou a uma popularidade, ou até à nossa alegria naquela noite. Alguma dor interna provocara o ataque. A realidade jamais seria suficiente para superar esse vazio.

Há as detrações não registradas na Bíblia, mas bem fáceis de supor. É o caso claro de Jezebel (ou Jezabel), uma das vilas mais famosas da Bíblia (I Reis). Sabemos que ela convidava sacerdotes de Baal (o deus errado) para sua mesa, que perseguia os justos de Deus e que seduziu o rei de Israel, Acab.

Nada é dito do murmúrio popular, das insinuações maldosas, inclusive sobre sua beleza. Sim, porque uma rainha estrangeira, da sofisticada Fenícia, deveria ter despertado muita fofoca na modesta comunidade israelita de então. Bonita, estrangeira e desviando o rei do caminho reto? Se hoje as primeiras-damas, tão mais discretas (em geral), já são alvo de intensa fofoca, imagine-se naquela época. Bela e sedutora, sofisticada e pagã? Coisas demais. Ela deveria ser o tema preferido dos lares do povo eleito.

A fofoca anda de mãos dadas com a cobiça e a inveja. Nosso interesse pelas celebridades indica isso. Ela é jovem, faz sucesso no cinema e é rica? Moldura perfeita para eu pintar o quadro da detração.

Ha outro "caso quente" que deve ter animado ceias familiares em Jerusalém. O velho rei Davi tem muitas esposas. No entanto, idoso, sente muito frio à noite. Seus auxiliares diretos procuram uma jovem para "aquecer seu leito". A virgem era Abisag ou Abisague (I Reis, 1), mas o rei não "a conheceu", significando que não houve sexo de fato entre eles.

No mundo antigo, não existia o conceito de infância ou de pessoa menor de idade, como conhecemos hoje. Meninas de nove anos eram dadas em casamento. Mas seria impossível não notar: o velho rei estava com uma jovem que poderia ser sua bisneta.

Não chega a ser isso um desejo original - nem naquela época, nem hoje. No fundo, é um arquétipo, descrito no polêmico e genial texto de Gabriel Garcia Márquez "Memória de minhas putas tristes". Na obra do colombiano, um senhor nonagenário deseja uma virgem adolescente. História bem narrada e incômoda, porque roça o horror da pedofilia.

A primeira frase tem a força da narrativa do colombiano: "No ano que completei noventa anos, quis presentear-me com uma noite de amor louco com uma adolescente virgem".

A detração ocorre entre homens, que gostariam de fazer o mesmo e podem ter de disfarçar isso com a censura moral. Sorriam, ao saber da fofoca que o rei não dava mais conta de uma jovem, que não a conhecia biblicamente. Condenar moralmente que alguém faça o que desejaríamos fazer, caso pudéssemos, é um recurso tradicional da nossa espécie.

A fofoca pode ter corrido livremente entre mulheres: "Este homem velho não se dá ao respeito". Este homem é velho, rico e rei. Morrerá logo. Qual teria sido melhor marido? Por que ele não me escolheu? De novo: a detração é uma maneira rica para revelar meus anseios e meus limites. Todos falam mal do que os assusta e do que desejam.

Tirando, é claro, você, leitor, e eu, incapazes de algo assim. Mas sabe aquela sua vizinha? E lá vamos nós...

Todo o chamado Antigo Testamento está povoado dessas histórias. Quando desejou sintetizar o episódio do sacrifício de Isaac, no Gênesis, com o final da Odisseia de Homero, o escritor E. Auerbach destacou que a linguagem bíblica é tomada pelo implícito e necessita de interpretação. As personagens bíblicas apresentam mais sombras do que as personagens homéricas.

Nas sombras aludidas de Auerbach está parte da riqueza das personagens. Mulheres enganando o marido para conseguirem a bênção da primogenitura; mulheres entregando sua escrava para o marido reproduzir e depois mandando expulsá-la; homens seduzidos por rainhas estrangeiras; e assim por diante. Ao contrário das posteriores histórias de santos medievais, os homens de Deus do Velho Testamento são de

uma riqueza e uma contradição assombrosas.

Adão desobedece a Deus, Abraão mente e entrega sua esposa como irmã ao faraó; Jacó mente e luta com a gente celeste; Davi peca com a esposa do soldado Urias; e assim prosseguem estas histórias tão humanas. E veja, caro leitor, querida leitora: estamos falando dos heróis, dos ungidos, não dos vilões terríveis, como o ministro Hamã, do livro de Ester.

No meio dessas idas e vindas que povoam a rica narrativa sagrada, está o espaço dos comentários, da fofoca, da maledicência e dos murmúrios, expressos ou insinuados.

Seria possível fazer uma longa narrativa da história da detração bíblica. A história da salvação também é a história da fofoca.

Mas, se quiséssemos destacar a posição-síntese do Antigo Testamento contra a detração, deveríamos prestar atenção ao livro da Sabedoria:

"Guardai-vos, pois, do murmúrio inútil, poupai à vossa língua a maledicência; não há frase furtiva que caia no vazio, a boca mentirosa mata a alma" (Sabedoria 1, 11).

Sim, os homens de Deus não eram perfeitos e viveram em mundos imperfeitos. Todavia, o princípio moral está estabelecido de forma inequívoca: a fofoca desagrade a Deus.

Há um efeito colateral do murmúrio que é pouco trabalhado: meu interesse em minha imagem junto aos outros. O que os outros estão falando de mim? Jesus não escapou disso. O que os homens dizem que sou? O que estão falando de mim? Nada mais humano: quero saber o que pensam de mim nesta família, nesta empresa, neste condomínio.

Situação das mais divididas: o que eu mais quero e aquilo que mais me assusta é saber o que os outros falam de mim. Jesus tem seu lado humano e pergunta diretamente: "Quem diz a multidão que eu sou?" (Lucas 9, 18). "E, respondendo, eles disseram: João, o Batista; outros, Elias; e outros, que um dos antigos profetas ressuscitou" (Lucas 9, 19).

A pergunta é muito humana. Temos imensa curiosidade em saber a opinião alheia. Adoraríamos, todos, ter acesso às

conversas sobre nós fora da nossa presença.

Esse episódio lembra uma pequena experiência comigo. Há muitos anos, eu coordenava uma instituição. Uma funcionária veio, chorosa, falar do clima de fofoca que reinava num determinado setor. Reclamação principal dela: soubera que as mais antigas estavam dizendo coisas terríveis a seu respeito. Fiz o que um chefe deve fazer: deixar claro que isso sempre ocorria em todos os ambientes e que ela deveria ser superior. "Faça seu trabalho e ignore a fofoca", aconselhei, paternal. Insisti: dar atenção à fofoca era um mau caminho e atrapalhava a felicidade. Ela, ainda chorosa, lançou uma frase dura:

- Não é só de mim. Você sabe o que elas falam do senhor?

Meu próprio conselho me obrigou a responder que eu não queria saber, que isso era irrelevante, etc., etc. Nossa, eu adoraria saber o que elas falavam de mim. Mas, naquela situação, não poderia perguntar sem desconstruir tudo o que eu dizia como sábia reflexão. A curiosidade ainda me queima.

Numa das passagens finais da sua existência, Jesus pede segredo a uma mulher que, pela tradição, e não pelo texto do Evangelho, teria sido prostituta. Aparecendo a Maria Madalena logo após a ressurreição, diz a ela que não espalhe a notícia. Ela não foi capaz. Correu a contar aos outros. Teria sido essa a verdadeira intenção do Messias?

José Saramago, no Evangelho segundo Jesus Cristo, conta que essa era a maior prova do amor de Jesus por Madalena. Ele tem algo novo e impactante para contar: ressuscitei!

A quem você deseja narrar isso? À pessoa que você mais ama. Ninguém ganha na loteria e corre para narrar ao síndico ou à sogra. Não, ao menos, em condições normais. Mas Jesus desejou contar para Madalena. A partir do fato bíblico, Saramago, que era ateu, aproveita e requeita velha fofoca: eles tinham um caso...

Diversas vezes, os Evangelhos narram que os fariseus, grupo atacado por Jesus, falavam mal dele, murmuravam. Os inimigos de Jesus utilizaram até um recurso clássico de

detração: a origem. Como este homem pode ser assim, se veio da Galileia, especificamente de Nazaré? Acaso pode vir algo bom de lá? Pelo que percebemos, a Galileia não gozava de boa fama. O tema aparece várias vezes, inclusive com o israelita Natanael, logo no início do Evangelho de João (João 1, 45-51). Porém, Natanael começa desconfiado e muda de ideia. Os outros detratores de Jesus permaneceram fixos na ideia: nada de bom pode vir da Galileia. Curiosamente, Jesus não era galileu, mas tinha sido criado lá. Até hoje, no Brasil, por exemplo, usamos argumentos geográficos para atacar um político, por exemplo.

Há regiões que facilmente entram na lista de lugares que não podem criar nada de bom.

A fofoca é incrivelmente persistente nos seus métodos.

Há, aqui, circularidade na detração. Uma opinião negativa sobre a Galileia emerge; no entanto, ela é usada porque existe uma opinião negativa sobre Jesus. Difícil saber, pelas passagens do Evangelho, se Jesus não seria boa coisa (aos olhos dos fariseus e doutores da lei) por ser da Galileia ou se não seria boa coisa em si e a Galileia entra aqui como reforço do argumento detratador. Circularidade porque o negativo de Jesus e o da Galileia se alimentam.

Há uma passagem de que gosto em particular. Paulo, o grande criador das cartas que definiram o cristianismo original, reclama de murmúrios, de fofocas surgidas a respeito dele na agitada comunidade de Corinto. Na segunda carta aos Coríntios, ele insinua esta reclamação com uma ironia:

"(...) não vos fui pesado. Mas, astuto como sou, conquistei-vos fraudulentamente" (2 Cor 12, 16).

Paulo deve ter ouvido essa fofoca e essa acusação. Assume com ironia o que disseram dele: "astuto", "fraudador", "pesado à comunidade". Seu enviado Tito deve ter trazido notícias e bate-bocas da comunidade. Estamos nos primeiros anos do cristianismo, e as comunidades, em contato direto com os

apóstolos e discípulos, já mostram complexidades e opiniões distintas.

Mas, antes dessa reclamação, Paulo nos dá uma indicação que despertou quase dois mil anos de debates e curiosidade. No mesmo capítulo 12 da segunda epístola aos Coríntios, ele anuncia, no versículo 7, possuir um agulhão (um espinho) na carne, um anjo de Satanás que o espanca, para que ele não se encha de orgulho.

Paulo confessa ter um defeito grave, e que isso o impede de se tornar soberbo. Todavia, meus queridos leitores e leitoras, já imaginaram um palestrante dizer em público: tenho um defeito grave, grave mesmo, algo muito forte, mas que não direi agora. Somos hipnotizados pela ideia! Imagine se essa revelação fosse feita por uma namorada, um namorado, ou pelo marido ou pela mulher. Nenhum de nós dormiria mais.

O que seria o defeito, o espinho de Paulo? Quase tudo já foi aventado. Paulo é representado muito calvo na tradição imagética medieval e moderna. Seria sua calvície? Seriam as tentações da carne, os desejos?

Um defeito físico? Uma doença? Paulo diz que não casou e que não vive queimando de ardores, pois é melhor casar do que viver "abrasado". Seria a perseguição dos que discordavam dele? Os golpes que recebeu ao ser preso? Outra coisa? Até uma hipótese de homossexualidade foi aventada. Está aberta a temporada de fofocas. Ao morrer decapitado em Roma, no ano de 67, Paulo levou o segredo para o túmulo.

Viver em comunidade é um desafio. Se o grupo for pequeno, o foco fica ainda mais direcionado sobre os indivíduos. Por esse motivo, cidades grandes são um espelho de duas faces: são terrivelmente solitárias porque estamos diluídos em um mundo no qual ninguém se importa muito conosco; e são libertadoras porque podemos ser quem somos, sem muita preocupação com os vizinhos.

Mas as comunidades trazem cada um para o pequeno círculo da lente de aumento do olhar alheio. Quando a comunidade é fundada em nome de um ideal como o religioso

ou o serviço de uma ONG, aí a detração fica mais terrível, porque era o tipo de coisa que deveria ter ficado de fora de almas tão nobres reunidas para fim tão especial.

Bento de Núrsia é um dos grandes gestores da vida comunitária ocidental. Ele criou as bases para um modelo de vida religiosa em conjunto que influenciou o mundo católico por mais de 1.500 anos.

Bento começou como todo ser que, no início da Idade Média, sente um anseio muito forte pela vida consagrada: retirou-se para uma pequena gruta perto de Roma. Isolado por anos, contemplando a linda paisagem do vale à sua frente em Subiaco, viveu no silêncio, na contemplação e numa relação que só comportava a ele e a Deus. Por vezes, imagino que tenham sido os anos mais felizes da sua vida.

Bento abandonou seu retiro por insistência de um mosteiro vizinho. Sem um superior, os religiosos imploraram para que ele se tornasse o líder. Relutante, Bento aceitou.

Porém, na nova comunidade, encontrou um grupo pouco afeito às obrigações monásticas.

Passou a cobrar horários e virtudes. Os religiosos, arrependidos da nova chefia, colocaram veneno na sua bebida. O santo fez um sinal da cruz e o recipiente quebrou-se por completo.

O veneno foi o pretexto para Bento abandonar aquela comunidade. Era também uma metáfora dos venenos que podem acabar com a vida comunitária. Bem mais tarde, uma medalha faria sucesso na ordem beneditina. Nela vemos uma cruz de são Bento e inscrições em latim que, traduzidas, dizem: "A Cruz sagrada seja minha luz, não seja o dragão (demônio) o meu guia. Afasta-te, Satanás. Nunca me aconselhes coisas vãs. É mau o que tu ofereces; bebe tu mesmo o teu veneno".

Bento acabou ampliando o projeto. Criou uma comunidade, um grupo de monges em torno do ideal. Para isso, teve de administrar algo distinto da gruta original: tensões.

Sua Regra está cheia de referências a esses atritos e desafios. Artigos curiosos sobre luz acesa nos quartos ou sobre

porte de armas mostram o desafio do coletivo mesmo em locais de ideias e ideais piedosos.

O trecho da Regra Beneditina que nos toca é sobre a reclamação entremeada de fofocas: a murmuração. Cada convento beneditino conviveu com o mesmo gesto do povo diante de Moisés.

São Bento declara, no capítulo 4 da sua influente Regra, que não ser murmurador (39) e não ser detrator (40) é uma das obrigações básicas da vida monacal. A desaprovação de São Bento à detração é visível, pois a palavra volta 12 vezes na Regra, sempre acompanhada de anátema.

A murmuração é um vício, um desvio da caridade cristã, uma hipocrisia de um monge que obedece, porém segue relutante em seu coração, um divisor de comunidades. O irmão murmurador é uma espécie de doente que deve ser curado com o auxílio do abade e da comunidade. Caso isso não seja feito, quebra-se a comunhão do grupo (a koinonia grega).

O básico do murmúrio entredentes, do som baixo dito a um irmão sobre uma tarefa ou sobre o abade, é que ele introduz a mentira, cujo pai é Lúcifer. Se digo sim por gesto político, mas internamente digo não, essa divisão só pode se originar do demônio.

Jesus advertiu: "Seja o vosso sim, sim, e o vosso não, não. O que passa disso vem do maligno" (Mt 5, 37).

Bento, pai do monaquismo ocidental, odiou a fofoca e a detração. Viveu-a já na sua época. Imaginemos que a difusão de mosteiros masculinos e femininos ao longo dos séculos seguintes não tenha superado o problema identificado pelo fundador.

É um exercício plausível de imaginação. Dezenas ou centenas de religiosos convivendo sob o mesmo teto, sem filhos, comendo juntos, rezando juntos, vivendo décadas lado a lado. Você acha que existe fofoca na sua empresa? Fala-se mal de alguém na sua sala de aula? Pessoas que convivem costumam produzir material pejorativo umas sobre as outras. Mas você sai da empresa e vai para casa. Um dia, há férias na escola.

Imagine-se morando com os colegas de trabalho ou de estudo a vida toda.

Vamos supor algo: quarenta beneditinos copiando livros e iluminando obras preciosas no scriptorium ou biblioteca, com pouca iluminação. Acordaram juntos, rezaram o ofício juntos, tomaram a primeira refeição juntos e, agora, trabalham juntos. Todos estão sentados diante do trabalho. Um pinta mais rápido do que outro. Um expressa de forma mais talentosa a arte de decorar as primeiras letras do capítulo. O abade elogia um, recrimina outro. Um vai muito ao banheiro. Aqui está o caldeirão da fofoca.

O mesmo deve ocorrer com frades cultivando a terra ou com freiras fazendo doces conventuais. Uma faz os melhores e mais finos biscoitos. Outra parece estar sempre atrasada. Uma é a queridinha da superiora. Outra é mais bonita ou mais hábil. É possível supor que, como todo agrupamento humano, as cozinhas, bibliotecas, capelas e quartos da vida do claustro tenham sido povoados de detração.

O maldizer é, também, um gesto político. Trata-se de uma arma, como já analisamos antes, contra o poder. A moral da Cúria Romana raramente foi exemplar. Mas, quando o papa é estrangeiro, como Alexandre VI, o papa Bórgia, e poderoso, sua vida pessoal se torna um elemento político. Comparemos: o maior difusor de fofocas sobre Alexandre VI era seu inimigo pessoal que disputou a eleição com ele e perdeu, o cardeal Dela Rovere, futuro papa Júlio II. Júlio fez um imenso jogo de propaganda sobre a vida pessoal escandalosa do concorrente. O cardeal Bórgia e o cardeal Dela Rovere eram, com frequência, muito mais próximos do que gostariam.

Ambos eram sobrinhos de papas e devem sua carreira ao nepotismo (favorecimento de parentes) que reinava na corte pontifícia. Ambos eram ambiciosos politicamente e usaram de violência na ascensão. Se é verdade que Alexandre VI teve amantes famosas como a bela Farnese, também é verdade que Júlio II era homossexual e pouco inclinado à castidade. Ambos terminaram o pontificado muito odiados e, em geral, criticados

por cardeais que também levavam vida pessoal fora dos padrões divinos, como o cardeal Médici, futuro papa Leão X.

Em resumo: é pouco provável que o ataque e as fofocas que enlameavam o currículo de tantos papas fossem originados de fontes morais que desejavam restaurar a santidade do cargo. O mais comum eram pessoas ambiciosas e tidas como imorais pelos padrões teóricos determinados naquela época que atacavam pessoas muito parecidas com objetivo político. Nisso, acabavam trazendo à tona tanto os "podres reais" como "podres imaginários" de cada personagem. Na dúvida, em geral, quase todos acreditamos nos dois.

Pense bem, querido leitor, querida leitora: o insulto contra um árbitro de futebol começa quando ele toma uma decisão que eu considero prejudicial ao meu time. O que está em jogo, teoricamente, é a competência técnica do juiz, sua capacidade de acompanhar os lances duvidosos, conhecer as regras e aplicá-las com isenção e competência. Só podem existir três acusações contra um juiz: a) ele não viu o que ocorreu; b) ele não conhece as regras do futebol; c) ele favorece um dos times de forma desleal.

Vamos seguir dos papas para o campo do futebol. Você já viu alguém insultar o juiz como despreparado tecnicamente ou com problemas de visão? Geralmente, o que aparece é uma referência a uma suposta vida escandalosa da progenitora do árbitro ou uma afirmação direta sobre sua preferência sexual. Reflita, criticamente, comigo: em primeiro lugar, uma suposta mãe prostituta não tem nenhuma relação direta com a atuação de alguém em campo. Da mesma forma, uma mãe mais virtuosa do que a mulher de César não garante nenhum conhecimento técnico do futebol. Igualmente, a preferência sexual não pode ser um insulto. Em sexualidade, fora de histerias conservadoras, só existem duas regras morais: nunca contra a vontade de alguém e nunca com menores de idade. Mas, se o juiz mantiver uma relação homoafetiva, como isso o impediria de bem julgar um lance com bola? Se o juiz for um tradicional homem heterossexual e fiel à esposa com dois filhos e religioso

praticante, como isso atinge o conhecimento das regras do pênalti ou do impedimento?

Voltando a papas e juizes: a detração serve para solapar o poder ou a validade da decisão alheia. Fofocas servem, novamente, para encobrir meu projeto político ou meu desejo.

É inegável que o papado ganhou uma autoridade moral no mundo contemporâneo que nem sempre teve na Idade Média ou Moderna. Podem ocorrer divergências políticas com a posição do papa X ou Y no século XX; no entanto, não existem mais acusações morais sobre a vida privada de papas há bastante tempo. A vida de João Paulo II ou de João XXIII, comparada à de muitos papas do Renascimento aqui citados, é exemplar. E a fofoca? Teria morrido? Desapareceu?

Em 22 de dezembro de 2014, o papa Francisco falou para toda a Cúria. Apontou, de forma direta e até dura, quinze pecados da Cúria Romana, a administradora máxima da Igreja Católica. O pecado número 9 é bom para encerrar este capítulo:

"A doença das bisbilhotices, das murmurações e do mexerico. Já falei muitas vezes dessa doença, mas nunca é suficiente. É uma doença grave, que começa simplesmente, quem sabe, para trocar duas palavras e se apodera da pessoa, transformando-a em "semeadora de cizânia" (como Satanás), e em tantos casos "homicida a sangue-frio" da fama dos seus colegas e confrades. É a doença das pessoas covardes que, não tendo a coragem de falar diretamente, falam pelas costas. São Paulo nos adverte: "Fazei todas as coisas sem murmurações nem críticas a fim de serdes irrepreensíveis e inocentes" (FI 2,14-18). Irmãos, guardemo-nos do terrorismo das maledicências!

A fofoca continua, de Paulo a Francisco... No cristianismo primitivo dos anos 50 ou na Igreja triunfante do século XXI, continua a denúncia da detração. Creio que a base é a mesma. Não se trata da Igreja ou das igrejas. Trata-se do humano. Onde houver dois humanos, haverá comparação.

Onde existirem grupos, existirá esforço para alianças e jogos de poder. Em qualquer hipótese social, a detração

ocupará um espaço. Nas comunidades religiosas, nas famílias, nos condomínios: ela é um subproduto derivado da existência da humanidade. Havendo plural, há fofoca. Juntem-se muitas pessoas, e isso aumenta exponencialmente.

Bem-vindos à Humanidade!

Um jornalista de veia satírica, Henry Louis Mencken (1880-1956), escreveu que "uma igreja é um lugar onde senhores que nunca estiveram no céu dizem maravilhas a respeito dele para pessoas que nunca irão para lá".

O jornalista tornou-se um clássico dos insultos dizendo coisas como: "A democracia é a arte de administrar o circo através da jaula dos macacos" ou "O casamento é uma instituição maravilhosa, mas quem gostaria de viver numa instituição?". O público brasileiro encontra, em português, essas e várias outras frases em "livro dos insultos".³

Em geral, a detração sobre o campo religioso é a mais fácil de ser enunciada.

O papa Bento XVI dizia que a religião era o único campo do preconceito válido no mundo acadêmico. Tinha certa razão: detração sobre questões de gênero são alvo de críticas e detrações sobre questões de raça podem levar à cadeia. Insultos à pobreza, à origem geográfica de alguém e outros são sempre suscetíveis de reações iradas. Depois de séculos queimando humoristas, as igrejas são o alvo mais fácil do ataque.

Talvez seja, exatamente, o caráter do sagrado que torna o iconoclasmo, o ataque a valores e ídolos, tão atrativo. Iconoclastas eram hereges medievais que destruíam imagens.

Hoje, é uma metáfora também, e, segundo mestre Houaiss, iconoclasta é "aquele que ataca crenças estabelecidas ou instituições veneradas ou que é contra qualquer tradição". Amamos iconoclastas, desde que não ataquem nossos valores.

CAPÍTULO 4

DA DETRAÇÃO NA TERRA DE SANTA CRUZ E EM OUTRAS TERRAS

"A maldade é a vingança do homem contra a sociedade pelas restrições que ela impõe. É o resultado do conflito entre nossos instintos e nossa cultura."

S. Freud

O ano era 1994. Uma escola chamada Base foi subitamente acusada de promover abuso sexual contra crianças. O tema da pedofilia é muito sensível para a sociedade em geral e com razão. Quando notícias dessa natureza começaram a aparecer, imediatamente grandes órgãos da imprensa passaram a publicar os relatos da monstruosidade que ocorreria ali.

A escola foi depredada pela população raivosa. Os muros foram pichados com frases de ódio. Ameaças de morte explodiram de todo lado para os proprietários, para um motorista e para outras pessoas. Um tabloide mais sensacionalista aticava com manchetes chamativas: "Kombi era motel na escolinha do sexo".

Aumentava o ódio contra os responsáveis. Um delegado passou a dar muitas informações para a imprensa. A vida dos envolvidos estava destruída. Surgiu um laudo do IML que atestava abuso sexual. O furor atingiu proporções impactantes.

O castelo de cartas, no entanto, mostrou sua fragilidade. O laudo tinha sido inconclusivo, mas fora apresentado ao público como prova sólida. Uma leve investigação demonstrava que nada tinha ocorrido. Foi um dos mais célebres casos de precipitação da imprensa.

Sem verificar fatos, sem investigar de fato, sem ouvir realmente os envolvidos, todos foram julgados pela opinião

pública e pela imprensa. A pressa por público, a falta de ética e de profissionalismo, a busca de manchetes retumbantes que agradassem ao senso comum e muitas outras coisas pairaram sobre os acusadores. Todos publicaram e fizeram reportagens televisivas e de rádio sem conhecer os fatos, baseados num rumor.

Público e organismos de imprensa fizeram o papel de uma senhora interiorana na janela que ouve a vizinha afirmar coisas e crê, dogmaticamente, no que escuta. Mas, se no caso da interiorana fictícia isso é quase divertido, na escola Base foi trágico.

Os processos contra os detratores começaram. Vários órgãos de imprensa foram condenados. As retratações publicadas foram fracas e nunca disseram de fato que os leitores haviam sido completamente enganados pelos autores das reportagens.

Alguns disseram que o caso fora encerrado por falta de provas, algo mais leve do que seria dizer: erramos feio e caluniamos de forma criminosa gente inocente.

As indenizações atuais e futuras podem trazer algum alívio financeiro aos sobreviventes. Porém, a vida daquelas pessoas foi destruída. Alguns sofrem de transtornos psíquicos, como síndrome de pânico, até hoje. Imagine você deitar como um empresário honesto e trabalhador e acordar como um monstro pedófilo odiado por todos. Nunca haverá dinheiro suficiente para refazer uma vida.

O trator da calúnia produziu um sulco devastador.

O caso da escola Base virou obrigatório nos cursos de Jornalismo. Manchetes sem investigação, divulgação de nomes sem verificação efetiva, calúnias jogadas ao vento e vidas destruídas.

Há momentos nos quais a detração deixa de ser um problema moral e passa a ser criminosa. Todas as pessoas e todas as instituições erram em algum momento. A pergunta difícil é: o que acontece quando meu erro destrói de forma irreversível a vida de alguém?

A imprensa tem célebres antecedentes na detração. O empresário e jornalista Assis Chateaubriand dominou o cenário da mídia brasileira por décadas. É o introdutor da televisão no País. Era figura ousada, e seu legado inclui grandes fatos culturais, como o MASP, o Museu de Arte de São Paulo, que hoje anexa ao seu nome o nome de Chateaubriand.

Chatô recebeu uma notável biografia póstuma, de autoria de Fernando Morais. Na obra, aparece um caso do passado que seria um monumento à detração. Rubem Braga, cronista de um jornal ligado ao império dos Diários Associados, redigiu um texto que desagradou aos católicos de Minas. A crônica foi considerada ofensiva contra Nossa Senhora de Lourdes e, para piorar, fora publicada no dia sagrado da Sexta da Paixão. O arcebispo da capital mineira, Dom Antônio dos Santos Cabral, instruiu todos os párocos a atacarem o jornal e o autor dos seus púlpitos na arquidiocese. Um bom católico não poderia ler nada daquele jornal, pois era ofensivo à figura da Mãe de Deus. A bomba estourou na tradicional sociedade mineira.⁴

Informado do atrito no Rio, o magnata da imprensa exigiu do jornal que publicasse que o arcebispo havia estuprado a irmã. Recebeu então a informação de que D. Antônio era filho único e não poderia ter sido o autor de um crime como esse. Chatô então, colérico, gritava ao telefone que isso caberia ao arcebispo provar. Era uma consciência absoluta da calúnia. Um crime falso era imputado a um prelado e não poderia ter a menor base. Era maldade racional de estrategista sem escrúpulos.

A guerra não foi maior porque os diretores mineiros decidiram, num acordo, transferir Rubem Braga para São Paulo. Mas o fantasma de Chatô, pioneiro em tantas coisas no Brasil, ainda paira sobre a imprensa brasileira.

Nosso ilustre Assis Chateaubriand tinha uma vantagem sobre os jornalistas do caso da escola Base. Chatô era um homem destituído de qualquer escrúpulo ou ética, mas sabia e se orgulhava disso. Ornava seu amoralismo como um ponto de afirmação pessoal e de ascensão profissional. Ser um

caluniador audaz e assumido era uma forma de intimidar, seja um desafeto arquiépiscopal, seja a elite paulista em busca de doações para o MASP.

O paraibano que controlou a opinião pública brasileira por muito tempo não se escondia atrás de jargões ou de mantos morais. Punia seus inimigos com mentiras e ameaçava até seus patrocinadores. Era um detrator assumido. Seria um caso isolado?

Entre os anos 1970 e 1980, despontou um galã que hipnotizava o Brasil com seus olhos claros e porte físico: Mário Gomes. O Brasil tinha sido seduzido pelo sorriso fácil e pelo talento do carioca. Era o apogeu da fama de um "sex symbol".

Do outro lado do ringue havia um produtor e agitador cultural famoso pela vida pouco exemplar: Carlos Imperial. Parece ter ocorrido um desentendimento entre Carlos Imperial e Mário Gomes em função do filme "O Sexo das Bonecas", de 1974. O filme fora baseado na peça "Greta Garbo, Quem Diria, Acabou no Irajá", na qual Mário Gomes tinha despontado como ator. Os cartazes de divulgação do filme mostravam um Mário Gomes travestido de mulher, técnica agressiva de marketing, já que Mário era a encarnação da sedução sobre as mulheres. A briga chegou à Justiça. Carlos Imperial ficou muito irritado e teria dito que "amigo meu não tem defeito. Inimigo, se não tiver, eu vou lá e invento". Era a imposição do critério afetivo sobre a verdade.

No meio desse desentendimento, o irado Imperial forneceu material detrator contra Mário. Um jornal fluminense publicou como fato que um célebre ator teria sido internado por causa de uma cenoura introduzida em orifício menos comum para o tradicional legume.

As indiretas apontavam para Mário Gomes.

A detração havia sido plantada por Carlos Imperial. Funcionou. O galã passou a ser perseguido pela história. O Brasil era, por incrível que pareça, ainda mais preconceituoso do que hoje, e boatos que atacassem a masculinidade eram particularmente danosos à imagem de um sedutor.

Não havia internet nem celular na ocasião. Mas a história se tornou conhecida de todos. Nunca mais desgrudou da imagem de Mário Gomes, apesar de ser uma comprovada falsidade. Carlos Imperial morreu e Mário Gomes continua trabalhando. Como perdoar um detrator, mesmo morto? Como pensar em alguém que, sabendo da extensão do mal que causava, fez o ato e jamais se arrependeu?

Passamos por três exemplos de detração baseados em ideias falsas. Cada um, à sua maneira - escola Base, arcebispo de Belo Horizonte vs Chatô e Mário Gomes -, teve um preço a pagar pelo ataque. As histórias falsas deveriam ser uma lição. Inimizades políticas existem até hoje, e a calúnia e a difamação são boa artilharia em campanhas. Outro fato importante: a imprensa precisa vender, e histórias escabrosas são ouro no mercado. Muitas vezes, isso pode ser um determinante fundamental na busca de histórias ou na criação delas. Por fim, até mais do que no passado, hoje há uma indústria de fofocas, de sites e blogs, de gente especializada no maldizer. Todos ouviram de fonte segura que tal coisa ocorreu.

Adultérios, ambiguidades sexuais, escândalos em geral: há um mercado muito importante que se abastece disso. O que pensar?

Em primeiro lugar, é preciso trazer o público à tona. Falamos da responsabilidade da imprensa até aqui. Essa responsabilidade existe, claro. Mas ela existe em função de um interesse forte, das pessoas em geral, sobre detração. Quando vejo um político de posição extremada vociferando alguma barbaridade, sei que ele teatraliza para seu eleitorado.

Atrás do homem que brada valores de punho cerrado, há um eleitor. Da mesma forma, atrás do jornalista inescrupuloso, ou simplesmente pouco cuidadoso, existe um público leitor, um telespectador, um ouvinte de rádio. Atrás do maldizer há o consumidor dele. Essa é a parte complexa.

O foco numa história (verdadeira ou não) mostra que temos, por vários motivos, desejo de saber detalhes ruins de

outros, especialmente famosos. Talvez isso tenha como berço nossa vontade de exorcizar nossos medos e frustrações. Eu sou feio, eu sou pobre, eu não seduzo nenhuma mulher. Porém, aquele galã lindo é adepto de objetos exóticos do reino vegetal. Logo, a beleza e a masculinidade dele não mais desafiam meu restrito campo de atuação sexual ou minha abalada autoestima. Fulano ou fulana são presidentes do país e mandam em muita gente, ao contrário de mim. Porém, eu sei que ele tem um filho fora do casamento, ou que bebe, ou que tem outro "defeito". Voltamos ao já dito aqui desde a Introdução: toda detração fala mais de mim do que do alvo da minha maldade.

O fofoqueiro, quase sempre, é alguém profundamente infeliz e invejoso. A vida alheia só tem interesse total se a minha for insípida. E, como a maioria absoluta das vidas é insípida mesmo, a estrada asfaltada da detração se oferece para um tráfego volumoso.

Os Evangelhos sempre narram que os fariseus e doutores da lei tinham inveja do sucesso, da autoridade e dos milagres de Jesus. Era desse sentimento que partiam para atacar.

A detração, como a inveja, funciona como uma homenagem de vetor trocado. Ou seja, é vergonhoso ter inveja ou ser flagrado em fofoca porque é um reconhecimento forte da minha fraqueza e do meu problema na contemplação. É o espírito de um versículo famoso de Jesus contra esses julgamentos: "Por que reparas no cisco que está no olho do teu irmão, quando não percebes a trave que está no teu?" (Mt 7,3).

Os fariseus queriam a autoridade, o poder e o carisma do Messias. Não tinham. Assim, aderiam à detração que o levou à cruz. Crucificar é o objeto final do fofoqueiro e do invejoso. Só ali, na dor e na morte expostas, no fracasso e no sofrimento do outro, enfim, a alma do detrator se aquieta um pouco, porque conseguiu matar a dor da luz alheia.

Usamos aqui a palavra calúnia, quando nos referimos ao caso da escola Base. Calúnia é prevista no Código Penal Brasileiro, parte especial, capítulo V, artigo 138. Lá é definida

como a imputação falsa de um crime a alguém. Assim, é um tipo específico de detração, pois implica enredar outro em ato criminoso falso. A pena a isso é de seis meses a dois anos de detenção e multa. Acrescente-se que é também calúnia ouvir a falsa imputação e, sabendo que se trata de fato infundado, propalá-la.

Curiosamente, há também punição para a calúnia contra os mortos, já que a maldade de muitos alcança o além. Nesse caso, a vítima não é o morto, mas os parentes que ficam e a quem a memória do finado é cara.

A difamação está no artigo 139. Implica imputar a alguém não um crime em si, mas fato ofensivo à sua honra. Aqui estamos no caso da cenoura do ator. Não sendo um crime levantado, mas algo que macula o bom nome de alguém, a pena cai de três meses para um ano de detenção e multa.

Calúnia e difamação atingem a chamada "honra objetiva" da pessoa humana, ou seja: sua reputação no meio social, seu bom nome, seu patrimônio de honradez perante o círculo em que vive e, dependendo do alcance da ofensa, perante toda a sociedade.

O artigo 140 versa sobre a injúria. Aqui não se trata de crime falso ou de algo que macule a honra, mas de uma ofensa. Grito aos quatro ventos que você é muito feio. Não é crime, felizmente, ser feio. A reputação de alguém não fica abalada pela observação da feiura, pois há homens éticos particularmente feios, como o presidente Abraham Lincoln. Estamos aqui no campo de uma honra mais subjetiva e da falta de decoro. O juiz pode relevar a injúria se o ofendido, de forma reprovável, provocou o injuriador de forma direta.

A resposta a uma injúria com outra injúria também pode levar o juiz a considerar que não houve crime. Há injúrias físicas, que pioram se forem aviltantes. Um tapa no rosto não imputa crime a ninguém, não mancha o currículo e a honra, mas é uma injúria física grave.

Por fim, se a base do xingamento for raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de idoso ou deficiente, o crime será

chamado de "injúria discriminatória".

Nos casos de racismo, por exemplo, crime previsto como inafiançável, os defensores do racista tentam caracterizar a ofensa como injúria discriminatória, pois a pena é menor.

Há dois detalhes pouco conhecidos das pessoas de fora do Direito. O artigo 141 aumenta a pena de um terço se o alvo da injúria for o presidente da República, um chefe de Estado estrangeiro, um funcionário público, em razão das suas funções, ou se for a ofensa proferida na presença de várias pessoas. Será que todos possuem consciência disso quando atacam um político nas redes sociais?

Também gosto sempre de lembrar, o artigo 142 afirma que não constitui injúria ou difamação "a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar".

O artigo 143, para encerrar, considera que, se o caluniador ou o difamador realizar uma retratação cabal antes da sentença, fica isento da pena. Detalhe: se o ataque em questão ocorreu em órgão de imprensa, a retratação deve buscar o mesmo espaço.

Assim, caros leitores, o conhecimento da lei sobre calúnia, difamação e injúria deveria tornar as pessoas mais cuidadosas, especialmente na internet, por onde fluem montagens, acusações e outros quejandos que, se fossem levados a juízo, causariam problemas aos acusadores.

Querem um exemplo? Recentemente, um ex-ministro da Fazenda entrou num restaurante paulistano para jantar. Em clima de polarização política, dois frequentadores teriam gritado "ladrão, ladrão" e outros impropérios. Tendo o fato ocorrido em lugar público, com ampla divulgação na internet, o advogado do ministro entrou com queixa-crime de calúnia, injúria e difamação. As ofensas implicavam uma acusação de crime contra o ex-ministro e feriam sua honra de forma direta. Inquiridos judicialmente, não podendo apresentar provas do seu sentimento, os dois agressores tiveram de fazer uma retratação. Um afirmou que o ex-ministro era "probo, honesto e

digno". O outro teve de reconhecer que nada sabia que pudesse desabonar a conduta do atacado. O ex-ministro, magnânimo, aceitou as desculpas, e o caso foi encerrado.

Trago à tona esse caso verdadeiro para que todos saibamos que uma frase de ataque a alguém deve ser medida, pois implica riscos.

Um grande amigo meu, professor respeitado da área de Direito, Carlos Frederico Coelho Nogueira, advertiu-me sobre algo que eu desconhecia: a prática das leis, um pouco mais branda do que a teoria do texto parecia indicar. Diz o doutor Carlos Frederico:

"(...) apesar de serem crimes a calúnia, a difamação e a injúria, hoje em dia (desde 1995, quando saiu a Lei nº 9.099) elas não levam ninguém à prisão, nem por condenação, nem por flagrante, nem por preventiva, por causa da mencionada lei (que criou os "Juizados Especiais Criminais"). Tudo se resolve, em juízo, no Juizado, em uma audiência preliminar em que se discute o ressarcimento dos danos materiais e morais causados pela ofensa e, se houver acordo indenizatório, não haverá processo criminal. Se não houver acordo, poderá haver uma transação de caráter penal para evitar o processo criminal em si, desde que o autor da ofensa aceite uma pena restritiva de direitos (como prestação de serviços à comunidade, pagamento de cestas básicas etc.) ou simplesmente uma multa."

A exceção, ainda segundo os conselhos do meu amigo, seria a injúria discriminatória, especialmente a racial, que acaba escapando dos juizados especiais e vai para o juízo criminal comum.

Em resumo, para um historiador e não advogado como eu, a lei é dura, a prática é branda e o mundo tupiniquim segue caluniando, difamando e injuriando.

Seríamos os brasileiros mais fofoqueiros do que a média? Não existe medida confiável para isso. Os homens acusam as mulheres de serem mais fofoqueiras; os europeus acham que nós, latinos, temos mais necessidade de falar da vida alheia; os mais velhos deploram o hábito iconoclasta dos jovens. Parece que só temos uma certeza: o fofoqueiro é o outro. Fofoca é como inveja: mal alheio, sempre.

Em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda lançou um texto que nasceu clássico: "Raízes do Brasil". Uma ideia do texto atravessou muitos debates: o brasileiro seria cordial. Por cordial, entendia o autor, não se dizia que o brasileiro era doce e amável sempre, mas que funcionava com o coração, passionadamente.

O brasileiro é descrito como passional pelos viajantes estrangeiros, densamente compilados por Sérgio. Um inglês não entende o motivo de ter de fazer amigos para fazer negócios no Brasil. Para um europeu, negócios são negócios e não se misturam com amizade. Mas essa passionalidade implica também dizer que, sim, temos um interesse pessoal na vida alheia, porque nossa maneira de dialogar com a sociedade passa pelo pessoal. A informalidade no tratamento, o uso abundante de apelidos, a dispensa de fórmulas mais elevadas para o circuito social são basilares numa análise da cultura brasileira. Assim, nesse sentido, sim, temos mais interesse na vida privada alheia e, sim, seríamos mais fofoqueiros.

Em nossa defesa: dois estudos separados e muito importantes analisam a fofoca em áreas muito distintas. O grande Norbert Elias, juntamente com John Scotson, produziu um estudo publicado em 1965 sobre uma comunidade real, mas que recebeu, na obra, o pseudônimo de Winston Parva.⁵

Em Winston Parva os pesquisadores analisaram, com entrevistas e outros recursos, como a comunidade, em plena industrialização, encarava e praticava questões como violência, discriminação e exclusão social. É um estudo científico que toca, com frequência, na clássica fofoca. Como se produzia a estigmatização social? Como um grupo comentava o que seria

uma infração do outro grupo? Como se definia a chamada "normalidade" na consciência da cidade?

Na obra, fica claro que a fofoca é um processo de estabelecimento da normalidade ou do aceito socialmente, já que seu alvo tradicional é o desvio. Para reafirmar seu pertencimento ao grupo correto, todos os fofoqueiros precisavam enfatizar esse laço, e a própria fofoca servia não apenas para estigmatizar outro grupo ou pessoa, mas para reafirmar a mim, que conto a fofoca a você, que ambos somos do grupo bom. Com o tempo, e isto é notável, o fato negativo tende a ser incorporado como usual inclusive pelo estigmatizado. Ou seja, o alvo da fofoca incorpora o preconceito. Era o caso de uma "ganguê" de garotos da zona chamada 3 (área dos operários), que eram rejeitados pelo estigma difundido em fofocas sobre seu comportamento e, cada vez que eram rejeitados, comportavam-se pior.

A fofoca aumenta a coesão social e estabelece identidades. Cada grupo fofoca porque precisa estabelecer essa identidade. O livro penetra fundo na análise das relações de poder, dependência, exclusão e identidade de um grupo urbano.

Porém, após a leitura do brilhante texto de Elias e Scotson, fica uma certeza consoladora: o brasileiro é cordial e fofoqueiro, e o inglês é fleumático e fofoqueiro.

O historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie fez um estudo inovador sobre uma pequena aldeia dos Pirineus durante a época da heresia cátara. O livro, publicado em 1975, (Montaillou, village occitan de 1294 à 1324)⁶ utilizou os arquivos inquisitoriais que, pela sua natureza, permitem o registro de conversas de vizinhos e, no fundo, "fofocas". Por meio desses documentos, o historiador estabeleceu como os falatórios entre as casas iam produzindo consciência sobre o que seria, de fato, o catarismo ou os princípios católicos.

O livro é um tratado de Antropologia histórica, porque abre mão dos grandes nomes e narrativas e desce ao cotidiano nos documentos de Jacques Fournier, o zeloso inquisidor que se tornaria o papa Bento XII de Avignon. Ao longo do texto

fascinante, dezenas de bate-bocas e fofocas entre vizinhos, maledicências e detrações.

Calúnias, injúrias e difamações povoam a modesta e tumultuada aldeia francesa.

Assim, brasileiros cordiais, ingleses fleumáticos e franceses heréticos ou católicos estão unidos pelo antigo e perigoso prazer da detração. Quem fofoca menos? Provavelmente, o grupo sobre o qual os estudiosos ainda não se debruçaram em pesquisas.

CAPÍTULO 5

DETRAÇÃO E PRECONCEITO

"Cada um chama de barbárie aquilo com o que não está acostumado".

Michel de Montaigne

Falta, para encerrar este pequeno livro, refletir sobre o embasamento mais comum da detração, o preconceito. Como vimos na obra de Norbert Elias, a fofoca estabelece um modelo de comportamento aceito e ataca, com o ato de fofocar, um comportamento desviante. O detrator, com frequência, cria um padrão de normalidade e de comportamento aceitável ao contar para alguém (que compartilha supostamente desse código) sobre um terceiro que estaria fora do código dito "normal". Assim, preconceito e detração são gêmeos xifópagos.

Mas... "Eu não tenho preconceito"... Essa frase tornou-se um clássico das conversas contemporâneas. Quase sempre, depois da afirmativa anterior, vem a partícula adversativa MAS. Assim, em conversas correntes, a declaração "eu não tenho preconceito" é uma espécie de pedágio necessário para a enunciação de um sólido preconceito.

"Eu não sou preconceituoso, mas convenhamos que o Nordeste..."

"Eu não tenho preconceito, mas os gays ultimamente...", e lá nave va...

Existe uma variante dessa contradição. Para atenuar a enunciação de um preconceito, apresentamos uma rede afetiva: "eu tenho amigos gays" ou "meu melhor amigo é um negro" ou "adoro as praias do Nordeste...". A presença de um negro nas minhas relações sociais funcionaria, nesse caso, como uma rede de proteção ou um outdoor autoevidente contra a calúnia de eu ser racista. E, como no primeiro caso, após ter sido anunciado o nome do meu amigo negro, elaboro um discurso forte (e

preconceituoso) contra alguma medida de incorporação positiva, como cotas.

O que se aprende desse cacoete retórico? Ter preconceito já não "pega" tão bem como no passado. Talvez seja a ascensão do politicamente correto. Talvez seja a criminalização de alguns preconceitos ou um esforço educacional. O certo é que já não é tão "legal" ser preconceituoso, nos dois sentidos que a palavra legal pode ter na nossa língua: inserido na lei e socialmente agradável.

Situação curiosa: se eu sinto que devo atenuar a frase, é porque tenho certeza de que ela contém algo ruim. Seria, nesse caso, um pecado consciente: eu sei que é ruim e, mesmo com tal consciência, enuncio o preconceito. A vontade de enunciar é maior do que a consciência do mal. O preconceito é algo muito forte. Suas raízes são milenares, e sua representação, universal. Por quê?

Há algo de fascinante e terrível na constatação da força do preconceito. Chineses da era Tang, adolescentes em Paris, portugueses do Renascimento, empresários na Nova York do século XXI, indígenas no Brasil, negros em tribos da África, religiosos na Índia: não conseguimos encontrar um único grupo profissional, étnico, etário, etc. sobre o qual não se construa um discurso ou prática preconceituosos. São frases, piadas, pinturas, ações violentas e até genocídios. O preconceito é universal, primeiramente. Mas o preconceito é uma teia de aranha, também. Nós, humanos, não estamos sob essa teia. Nós somos as aranhas que tecemos os fios e sobre eles andamos. A detração é o fio do preconceito. O preconceito é uma maneira de existir no mundo. O preconceito é um lar, um suporte, uma forma de sobreviver e uma linguagem. O preconceito é uma zona de conforto de onde posso distinguir as irmãs aranhas dos outros predadores. A teia do preconceito é um local para viver e acasalar, matar e procriar. Sem a teia, as aranhas teriam de refletir sobre sua existência e seu propósito. Talvez sentissem que não poderiam mais existir. Talvez se

questionassem mais.

Pedir a alguém que abandone seu preconceito e os comentários maliciosos é pedir que essa pessoa deixe, em parte, de ser, ou pelo menos de ser como imaginou até então. A reação de um preconceituoso ao questionamento do seu preconceito é, em geral, muito exaltada. Sua irritação não é apenas narciso contrariado, mas apego a um universo que ameaça ruir.

Não é uma reação só de discordância, mas de mobilização pela sobrevivência, pela sobrevivência do mundo como era até então. Exigir que um racista ou homofóbico pense e atue de forma distinta é pedir que ele recomece seu mundo de outro patamar. Naturalmente, a resistência é enorme.

Uma ideia preconceituosa é uma Bastilha: sua queda simboliza muita coisa. Mudar uma cabeça é como cortar uma cabeça. A guilhotina da razão é pesada, e seu alvo vai esperar.

Linguagem, identidade e universalidade: já classificamos e até adjetivamos o conceito. Mas ainda falta o substantivo em si: afinal, o que é o preconceito na base da pirâmide da detração?

O nome preconceito traz uma explicação em si. Basta decompor a palavra: é "pré" e é "conceito". Em outras palavras, toda ideia elaborada antes do conhecimento concreto, toda concepção anterior à experiência, toda postura apriorística, toda opinião sem base real é, conceitualmente, um preconceito.

Aqui já vai a primeira desconstrução crítica do preconceito. Ter preconceito é ter uma falha de visão, um procedimento não científico, porque criou opinião sem conhecimento, elabora afirmativas carentes de objetividade, julga sem ver e afirma sem conhecer. O preconceito é um ato de pouca inteligência, ainda que gente muito inteligente possa ser preconceituosa.

O preconceito é sempre burro, mas pode ser compartilhado por gênios e estúpidos.

A primeira característica do preconceito é sua falta de base científica. Enunciar um preconceito deveria ser feito com mais cautela do que o comum, pois implica reconhecer que ao

menos uma parte minha funciona de forma insatisfatória ou limitada. Mesmo que eu seja uma pessoa capaz e mentalmente avançada, reconheço (ao ser preconceituoso) que uma parte minha não acompanha essa sagacidade.

É um ponto cego ou um canto obscuro da minha consciência e racionalidade. Mostra minha limitação, mas mostra meu medo também.

Aqui iniciamos o segundo pilar do preconceito. Além de ser uma limitação mental, é uma demonstração de medo. O alvo do meu ódio é o objeto do meu medo. Os pobres, os negros, as mulheres, os gays, os nordestinos: imagino-os capazes de me destruírem.

Na minha fantasia, suponho-os com força suficiente para acabar com meu mundo. Tenho medo e, como toda criança assustada, fico agitado, agressivo, tenso. O medo é um dos pais do preconceito. O ódio é seu filho primogênito. É uma família complementar.

Saltam aos olhos os eixos negativos do preconceito: burrice e medo. Mas apenas gente limitada ou muito negativa teria preconceito? A resposta, um pouco dolorosa, é não.

Há milhões de anos, no atual continente africano, uma espécie começou a ficar diferenciada em relação a outros mamíferos. Os chamados hominídeos eram bem mais frágeis do que a média dos outros. Faltavam garras, tamanho que inspirasse respeito e pele dura. Faltava força. Faltava tudo. Assustados, em estado de busca constante de comida, com ninhadas frágeis e vidas curtas: a primeira humanidade era um caníço de pouca resistência. Um vento forte, uma seca, um leão: tudo poderia destruir essa semente humana.

Para sobreviver, esses parentes próximos dos símios tiveram de elaborar ferramentas e estratégias. O homem é mortal por seus temores e imortal por seus desejos, diria o sábio Pitágoras muito tempo depois. Mas o primeiro tempo humano não era de Filosofia: era uma dura luta pela sobrevivência.

Dissemos que havia estratégias e ferramentas. As

ferramentas foram estimuladas pelo polegar opositor, nosso dedo mais estranho e mais fundamental da mão. Sem ele o machado e a caneta seriam pouco úteis. As ferramentas deram força à frágil mão humana. Pedras, paus, depois metais: ganhamos uma energia inédita. A humanização passou pelo primeiro de nós que decidiu elaborar uma ferramenta. Já era possível apostar nos seres humanos numa bolsa de futuro. Claro: a aposta ainda era bem arriscada, mas havia uma luz fraca de futuro para a espécie.

Houve muitas estratégias. Andar em bandos foi a mais natural. O coletivo dava força e protegia. Um grupo de caçadores e guerreiros fortalecia o êxito. Nascemos gregários, mas, acima de tudo, sobrevivemos também pelo bando.

A principal lição do bando primitivo foi que havia menos perigo em gente do meu bando do que em gente do grupo rival. A tribo concorrente, ou o simplesmente diferente, era o desafio, a insegurança e o risco. Confie nos iguais e desconfie dos diferentes: talvez tenha sido esse o primeiro processo cultural relevante que desenvolvemos.

Você é da tribo do rio de cima e coleta sementes junto com raízes e come animais pequenos?

Aprenda que o grupo do rio de baixo, que come mais peixe e usa lanças menores, é ruim, perigoso e não confiável. Com o tempo surgiram explicações culturais mais elaboradas; por exemplo, somos descendentes da deusa X, que criou o primeiro do nosso grupo.

Com o tempo haveria registros de pinturas e escritos demonstrando que sempre fomos as pessoas boas e confiáveis, e que os do rio de baixo sempre foram inferiores e mais agressivos.

Com o tempo, o amplo leque da civilização criaria explicações sofisticadas, e haveria até discursos científicos provando que o rio de baixo era um espaço ruim para a civilização. Talvez o clima quente os tornasse mais preguiçosos, talvez o peixe fosse a base de uma lentidão no falar, talvez os genes... Mas, antes de tudo isso, ainda na aurora da Pré-

História, eram apenas dois bandos desesperados por comida, assustados, que confiavam apenas nos mais próximos.

O preconceito nasceu como forma de defesa e sobrevivência. Falar de perigos, individualizar sua fonte (inclusive perigos reais de inimizades entre grupos) era uma forma clara e declarada de defesa.

Poderíamos dizer que os mais desconfiados, os mais preconceituosos ou os que acreditaram mais nos riscos verdadeiros ou ilusórios foram, provavelmente, os que sobreviveram. Somos descendentes dos covardes. Somos filhos em linha direta de preconceituosos.

Somos imersos em preconceito. Alguns seriam positivos? Uma amiga minha, nascida no interior paulista, identificava, no sotaque com o "R" reforçado, um conforto afetivo.

Se alguém falasse "porrrrrrrta" perto dela, ela sorria e desenvolvia, imediatamente, a ideia de que essa pessoa era boa e de que havia potencialmente uma chance de amizade. Essa pessoa seria confiável. Era, claro, um preconceito positivo.

Preconceito positivo é quando eu concluo previamente que algo é bom, a partir de coisas como origem ou até sotaque. "Hum!, este vinho é francês?" "Esta massa é típica italiana?" "Este livro é do filósofo alemão?" Em todos os infinitos casos que poderíamos arrolar, procedência já indica muito. Claro que há vinhos franceses intragáveis. É óbvio que há filósofos alemães medíocres e massas italianas ruins. Existem preconceitos positivos.

Tal como os negativos, não são científicos. Mas, ao contrário dos negativos, não excluem nem agridem, pelo menos não de forma tão direta.

Deixamos de lado os muitos preconceitos positivos. Buscaremos os negativos, pois esses têm a chance histórica de maior dano. Esses podem causar até morte.

Após essas definições iniciais, trataremos de preconceitos concretos. Só assim ocorrerá a possibilidade de lançar luzes sobre essa área sombria da psique humana.

O preconceito de gênero, a misoginia, por exemplo, é quase

universal e tem facetas trágicas. O racismo marca a história de muitos países, como o Brasil, por exemplo.

A homofobia gera assassinatos e piadas. A lista é interminável. Vivemos a lipofobia, o horror aos gordos; cresceu entre nós a demofobia, a resistência ao povo e sua presença e valores. A homofobia causa muitos assassinatos no Brasil. A lista é infinita.

O espaço do livro leva a escolhas técnicas.

É incômodo reconhecer: por mais que analisemos o preconceito, sempre haverá itens que ficarão de fora. A abundância nesse campo é um dado ruim.

O preconceito gera detração. Com frequência, essa detração vem acompanhada de humor. A comédia flerta, amiúde, com o preconceito. Claro, sabemos todos: rindo se corrigem os costumes (*ridendo castigas mores*). O riso é detestado pelo poder porque é um gesto político de desconstrução do poder. A frase jocosa e a piada escancaram os podres que todos os agentes de poder tentam ocultar. O riso é uma poderosa arma de crítica política e social.

Mas, desde a comédia grega, vemos em Aristófanes uma desconfiança da democracia, do poder das mulheres e até da Filosofia. Para alguns, peças que ironizavam Sócrates poderiam estar na base do processo que levou à sua morte. Já foi dito que a piada antissemita abriu os portões de Auschwitz e que a piada misógina, de desconfiança da capacidade feminina, encontra, no fim, o resultado trágico nas delegacias da mulher.

Faça um esforço para lembrar alguma piada que não insulte ou jogue preconceito sobre uma nacionalidade, um gênero, uma religião, uma faixa etária, uma etnia, uma opção sexual ou uma tipologia física. As piadas que causam mais sucesso são, exatamente, aquelas que nascem e crescem no preconceito e proclamam uma detração injuriosa sobre algo ou alguém.

Não há muitas piadas sobre homens loiros, cristãos, heterossexuais, nascidos num grande centro urbano, bem-sucedidos financeiramente e com doutorado em Yale.

Há mais piadas sobre loiras, homossexuais, judeus, islâmicos, negros, nordestinos, portugueses, pobres, gordas, etc. Só essa lista já deveria servir para entendermos que o humor, o preconceito e a detração fazem parte do mesmo triângulo equilátero.

O processo é o mesmo. Conto uma detração sobre alguém desse grupo, provavelmente, para uma segunda pessoa que não pertence a esse grupo. Não seria muito inteligente contar uma piada de argentinos num lotado estádio de Buenos Aires.

A piada, como todo preconceito, busca estabelecer laços com alguém, identidade. O meio mais rápido para unir um grupo, bem sabiam os nazistas, é criar um inimigo em comum. Talvez a verdadeira graça de toda piada e o prazer que provoca esteja nisto: não sou aquela pessoa/grupo do qual nós estamos rindo. Sou como você e, rindo, nós nos consideramos superiores ao alvo da detração.

Se fôssemos sábios, não atacariamos a ninguém, nem faríamos piadas de ninguém, nem teríamos preconceitos com ninguém. Se fôssemos sábios, não haveria detração nem problemas no mundo causados pelo preconceito.

Em vez de risos nervosos por piadas preconceituosas, riríamos com as crianças, com o Sol e com o mar. Se fôssemos sábios...

REFERÊNCIAS

Eis alguns livros que citei e outros que não citei e que podem ajudar a aprofundar o conceito.

Para enfoques sociológicos:

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Sociologia da fofoca: notas sobre uma forma de narrativa do cotidiano. Apresentado no 34º Encontro Anual da Anpocs. Texto disponível na internet: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1676&Itemid=350 (Acessado em 10 de fevereiro de 2016.)

Coletâneas de frases maldosas e sobre a maldade humana, algumas utilizadas no livro:

CASTRO, Ruy. O melhor do mau humor. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FRANCO, Gustavo H. B.; GIAMBIAGI, Fabio. Antologia da maldade - um dicionário de citações, associações ilícitas e ligações perigosas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

MENCKEN, H. L. O livro dos insultos. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

Fontes históricas e biografias:

LE ROY LADURIE, Emmanuel. Montaillou, village occitan de 1294 à 1324. Paris: Galimard, 1975. Há versão em português de Portugal pela Edições 70.

MAZARIN, Giulio. Breviário dos políticos. São Paulo: Editora 34, 1997.

MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. São Paulo: Cia das letras,

1994.

Citações da Bíblia: utilizei a Bíblia de Jerusalém.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Reitor - Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, S.J.

Vice-reitor - Pe. José No Follmann, S.J.

Editora Unisinos

Diretor - Pe. Pedro Gilberto Gomes, S.J.

Conselho Editorial

Ione Maria Bentz

Marco Aurélio Gonzalez

Maria da Graça Krieger

Pe. Pedro Gilberto Gomes, S.J.

Tonantzin Gonçalves

Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Editora Unisinos

Av. Unisinos, 950

93022-750 São Leopoldo - RS Brasil

Tel.: 51.3590 8239 51.3590 8238

editora@unisinos.br

www.edunisinos.com.br

membro da ABEU

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

K18d Karnal, Leandro, 1963-

A detração : breve ensaio sobre o maldizer / Leandro Karnal.

- São Leopoldo : Ed. UNISINOS, 2016.

102 p. - (Aldus)

ISBN 978-85-7431-744-1

1. Fofocas - História. 2. Crime contra a honra - História.

I. Título. II. Série.

CDD 177.2

CDU 177.2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecário: Flávio Nunes - CRB 10/1298)

Coleção Aldus - 43

Sob a direção de Carlos Alberto Gianotti

Editor - Carlos Alberto Gianotti

Revisão - André de Godoy Vieira - Renato Deitos

Editoração - Décio Remigius Ely

Capa - Isabel Carballo

Impressão, verão de 2016.

Coleção Aldus: Outros títulos desta coleção

Quem pensas tu que eu sou? - Abrão Salavutzky

A aventura do cinema gaúcho - Luiz Carlos Merten

(Bio)Ética ambiental - José Roque Junges

Questões sobre a memória - Iván Izquierdo

Cultura negra e dominação - Wilson do Nascimento Barbosa

Vai chover no fim de semana? - Ronaldo R. de F. Mourão

Silêncio, por favor! - Ivan Izquierdo

Que queres tu de mim? - Lucia Serrano Pereira

O pensamento sentado - Norval Baitello junior

Vamos pensar em metáforas? - Heronides Moura
As máscaras do poder - Vicente de Paulo Barretto
Difícil tolerância - Yves Charles Zarka
A beleza humana - Nicolau da Rocha Cavalcanti
Dignidade - Michael Rosen

Notas

[←1]

São Paulo, Editora 34, 1997. Tradução de Paulo Neves.

[←2]

MAZARIN. Breviário dos políticos. Op. cit., p. 107.

[←3]

São Paulo: Cia das Letras, 1988.

[←4]

MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 336-337.

[←5]

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[←6]

Paris: Gallimard, 1975.